

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG  
MARIANA LUCATELLI GIOLO**

**O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA AS PESSOAS: O  
PLACEMAKING E O VALE DO ANHANGABAÚ**

**CASCADEL**

**2018**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG  
MARIANA LUCATELLI GIOLO**

**O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA AS PESSOAS: O  
PLACEMAKING E O VALE DO ANHANGABAÚ**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Teórico-conceitual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Defesa.

Professor Orientador: Me. Andressa Carolina Ruschel

**CASCADEL**

**2018**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG  
MARIANA LUCATELLI GIOLO**

**O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA AS PESSOAS: O  
PLACEMAKING E O VALE DO ANHANGABAÚ**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que realizei em outubro de 2018 a revisão linguística textual, ortográfica e gramatical da monografia e artigo científico de Trabalho de Curso denominado: **O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA AS PESSOAS: O PLACEMAKING E O VALE DO ANHANGABAÚ**, de autoria de **Mariana Lucatelli Giolo**, discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG e orientado pela professora **Me. Andressa Carolina Ruschel**.

Tal declaração contará das encadernações e arquivo magnético da versão final do TC acima identificado.

Cascavel, 10 de outubro de 2018.

---

**Martiniane Aparecida Dutra da Costa**

Licenciado em Letras/UNIOESTE/2018

7.335.047-7 SSP/PR

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG  
MARIANA LUCATELLI GIOLO**

**O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA AS PESSOAS: O  
PLACEMAKING E O VALE DO ANHANGABAÚ**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor: Me. Andressa Carolina Ruschel.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Andressa Carolina Ruschel  
Centro Universitário Assis Gurgacz  
Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio

---

Profa. Sirlei Maria Oldoni  
Centro Universitário Assis Gurgacz  
Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Cascavel/PR, 16 de outubro de 2018

Dedico este trabalho e estes cinco anos de curso à minha família: meus pais e minha irmã, pelo apoio nos momentos difíceis, pela compreensão e pelas palavras de conforto nas horas de dificuldade. Agradeço por ter conseguido chegar até aqui e devo tudo isso a vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela sabedoria e paciência.

Agradeço aos meus pais, Edson e Mirian, por terem acreditado no meu potencial e me auxiliado nesses longos cinco anos.

A minha irmã, Emanuely, que sempre me apoiou e me ajudou quando precisei.

Aos meus melhores amigos, Adriana e Gabriel, pelos longos anos de amizade, por estarem comigo todos os dias e em qual fosse a situação.

Às minhas amigas e colegas de turma Bruna, Laura e Caroline, pela amizade, pelo companheirismo e pelo auxílio nos trabalhos e provas, durante todo o curso.

À professora Andressa, pela orientação, pelas palavras que buscavam sempre me incentivar e pela paciência. E também pelo bom humor que sempre transmitiu felicidade e entusiasmo.

À professora Sirlei, pelos ensinamentos e pelo conhecimento que me auxiliou na produção deste trabalho.

E aos demais professores que de várias formas contribuíram para a minha formação.

“Uma característica comum da vida no espaço da cidade é a versatilidade e a complexidade das atividades, com muito mais sobreposições e mudanças frequentes entre caminhada intencional, parada, descanso, permanência e bate-papo. Aleatoriamente e sem planejamento, ações espontâneas constituem parte daquilo que torna a movimentação e a permanência no espaço da cidade tão fascinantes. Enquanto caminhamos para nosso destino, observamos pessoas e acontecimentos, somos inspirados a parar e olhar mais detidamente ou mesmo a parar e participar.”

Jan Gehl em Cidades para pessoas, 2013

## RESUMO

O *Placemaking* surge como uma estratégia prática para aprimorar espaços públicos. No caso dessa pesquisa, que está inserida na Linha de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional, tem-se como ênfase o planejamento do espaço público direcionado às pessoas. O presente trabalho contará com um estudo de caso no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. O questionamento que guia essa pesquisa é: como o conceito de *Placemaking* pode influenciar no planejamento do Vale do Anhangabaú? Serão aplicados os conceitos do tema para constatar o que pode ser aperfeiçoado no espaço do vale. A pesquisa tem caráter exploratório qualitativo e será fundamentada em pesquisas bibliográficas, desenvolvendo os objetivos específicos: fundamentado o Planejamento Urbano no Brasil; conceituados os termos espaços públicos e áreas de lazer; conceituado o termo, apresentando correlatos de espaços públicos com aplicação do *Placemaking*; realizada uma pesquisa de campo no vale e aplicados os princípios do tema principal no estudo de caso. A visita *in loco* revelou a insuficiência de equipamentos urbanos no espaço do Vale do Anhangabaú e as diretrizes do *placemaking* podem aprimorar o espaço urbano do vale, aperfeiçoando seu espaço de convivência. Contudo, para que se tenha êxito, é necessário o engajamento da comunidade.

**Palavras-chave:** Planejamento urbano. Espaços públicos. Praças. *Placemaking*.

## ABSTRACT

Placemaking emerges as a practical strategy for improve public spaces. In the case of this research, which is part of the Research Line of Urban and Regional Planning, the emphasis is the public space planning directed to people. The present paper will have a case study in Vale do Anhangabaú in São Paulo. The question that guides this research is: how can the concept of Placemaking influence the planning of the Anhangabaú Valley? The concepts of the theme will be applied to see what can be improved in the space of the valley. The research has a qualitative exploratory character and will be based on bibliographical researches developing the specific objectives: grounded the Urban Planning in Brazil; considered the terms public spaces and leisure areas; the term is conceptualized, presenting correlates of public spaces with application of Placemaking; conducted a field survey in the valley and applied the principles of the main theme in the case study. The *in loco* visit revealed the insufficiency of urban equipment in the Vale do Anhangabaú space and the placemaking guidelines can improve the urban space of the valley, improving its space for coexistence. However, to be successful, community engagement is necessary.

**Key words:** Urban planning. Public spaces. Squares. Placemaking.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNH	Banco Nacional de Habitação
COHAB	Companhia de Habitação
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
EMURB	Empresa Municipal de Urbanismo
FIPLAN	Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPS	Project for Public Spaces
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema de Financiamento da Habitação
UN-HABITAT	United Nations Habitat

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Estados Unidos .....	31
Imagem 02 – Portland .....	31
Imagem 03 – Parque .....	31
Imagem 04 – Parque antes das intervenções .....	32
Imagem 05 – Dança com banda ao vivo .....	35
Imagem 06 – Transmissão jogos da copa.....	35
Imagem 07 – Apresentação no parque.....	35
Imagem 08 – Novas plantas para o parque .....	35
Imagem 09 – Aula de Salsa .....	36
Imagem 10 – Banda Primo Cubano em aula de Salsa .....	36
Imagem 11 – Brasil.....	37
Imagem 12 – São Paulo.....	37
Imagem 13 – Largo da Batata .....	37
Imagem 14 – Indicação de ruas confluentes .....	37
Imagem 15 – Linha de bondes.....	38
Imagem 16 – Largo antes da Reconversão.....	38
Imagem 17 – Largo após a Reconversão .....	39
Imagem 18 – Largo depois da Operação.....	39
Imagem 19 – Convite.....	41
Imagem 20 – Ocupação no Largo da Batata .....	41
Imagem 21 – Montagem do mobiliário.....	41
Imagem 22 – Mobiliário finalizado .....	41
Imagem 23 – Brasil.....	42
Imagem 24 – Goiânia.....	42
Imagem 25 – Bairro .....	42
Imagem 26 – Núcleo inicial de Goiânia.....	43
Imagem 27 – Divisão das áreas de atuação.....	44
Imagem 28 – Encontro na Praça Cora Coralina .....	46
Imagem 29 – Oficina Mobiliário Urbano.....	46
Imagem 30 – Cinema ao ar livre.....	46
Imagem 31 – Brasil.....	49
Imagem 32 – São Paulo.....	49

Imagem 33 – O vale .....	49
Imagem 34 – Imagem aproximada do Vale .....	49
Imagem 35 – Fotografia do Parque do Anhangabaú .....	50
Imagem 36 – Vale visto em direção ao sul .....	54
Imagem 37 – Um espaço vazio.....	54
Imagem 38 – Buracos na calçada .....	55
Imagem 39 – Pedra portuguesa branca .....	55
Imagem 40 – Degraus utilizados .....	55
Imagem 41 – Guarda-corpo.....	55
Imagem 42 – Situação das áreas verdes.....	56
Imagem 43 – Espaços sem grama.....	56
Imagem 44 – Espelho d’água .....	56
Imagem 45 – Situação da fonte .....	56

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Itens do espaço urbano e condições atuais do Vale do Anhangabaú.....	53
Quadro 02 – Diretrizes para aperfeiçoar o espaço do Vale do Anhangabaú.....	61

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>19</b>
1.1 O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL .....	19
1.1.1 Planos Urbanos no Brasil .....	20
1.1.2 Acessibilidade .....	23
1.2 ESPAÇOS PÚBLICOS .....	24
1.2.1 Áreas de lazer.....	25
1.2.2 Praças.....	26
1.3 PLACEMAKING.....	27
1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	29
<b>2 CORRELATOS .....</b>	<b>31</b>
2.1 CONGRESS SQUARE PARK – ME – EUA.....	31
2.1.1 Conceitos aplicados.....	33
2.1.2 Aplicações e atividades .....	34
2.2 LARGO DA BATATA – SP .....	36
2.2.1 Conceitos aplicados.....	39
2.2.2 Aplicações e atividades .....	40
2.3 CASA FORA DE CASA – GO .....	42
2.3.1 Conceitos aplicados.....	44
2.3.2 Aplicações e atividades .....	45
2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	47
<b>3. APLICAÇÃO DO TEMA DELIMITADO: VALE DO ANHANGABAÚ.....</b>	<b>48</b>
3.1 HISTÓRICO DO VALE DO ANHANGABAÚ .....	49
3.1.1 Pesquisa de campo: Vale do Anhangabaú .....	52
3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	57
<b>4. ANÁLISES DA APLICAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	58
4.2 ANÁLISE APLICADA AO ESTUDO DE CASO: VALE DO ANHANGABAÚ .....	60

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A – IMAGEM DO VALE DO ANHANGABAÚ VISTA DO NORTE .....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE B – IMAGEM DO VALE DO ANHANGABAÚ VISTA DO SUL.....</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Trabalho de Conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. O assunto principal é o Planejamento Urbano com ênfase na idealização do espaço público voltado às pessoas. O conceito a ser utilizado para chegar a esse resultado é o *placemaking*<sup>1</sup>, que surge como uma estratégia prática para aperfeiçoar um bairro, uma região ou uma cidade. A pesquisa contará com um estudo do caso do Vale do Anhangabaú, localizado na cidade de São Paulo. A escolha desse espaço para aplicação do tema deu-se devido à sua localização, seu grande espaço e sua importância na história da cidade e do Brasil. Localizado no Centro da cidade de São Paulo, tem proximidade com a Praça das Artes, o Theatro Municipal e o Viaduto do Chá. É um grande espaço de convivência no coração do município, lugar que foi palco do maior movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, o Diretas Já<sup>2</sup>.

Construir cidades inclusivas, saudáveis, funcionais e produtivas é, talvez, o maior desafio. Espaços públicos saudáveis é o passo inicial para revitalizar as comunidades, independentemente de onde for (PPS, 2012). O planejamento de espaços públicos de qualidade influencia diretamente na qualidade de vida da população. O conceito de *placemaking* surge, então, para colocar essa ideia em prática.

A pesquisa é importante para a esfera social visto que o conceito de *placemaking* pode ser aplicado pela população, não dependendo da intervenção do poder público. É possível melhorar espaços públicos com pequenas ações. Tem também importância no âmbito acadêmico-científico porque o termo e as contribuições do *placemaking* são pouco notados e divulgados, portanto, essa análise pode trazer subsídios para pesquisas mais aprofundadas do assunto. No entanto, no âmbito acadêmico-profissional, a pesquisa se justifica porque o conceito é considerado uma intervenção urbana contemporânea que já é difundido por profissionais da arquitetura e urbanismo, e futuramente pode vir a ser abordado como conteúdo na esfera acadêmica.

A pergunta que norteia essa pesquisa é: como o conceito de *placemaking* pode influenciar no planejamento do Vale do Anhangabaú? Como hipótese inicial, presume-se que o conceito de *placemaking* pode melhorar o espaço urbano do Vale do Anhangabaú

---

<sup>1</sup> Em tradução livre da autora: criação de lugares.

<sup>2</sup> A campanha das Diretas Já defendia o direito dos cidadãos brasileiros de readquirir o direito de escolher e votar diretamente para presidente da República (SOARES, 2015).

aperfeiçoando sua infraestrutura e buscando não apenas ser um lugar de passagem, mas também de permanência da população. O objetivo principal é analisar o *placemaking* no caso do Vale do Anhangabaú. Para que isso seja possível, é necessário apresentar os objetivos específicos na pesquisa:

1. Fundamentar o planejamento urbano no Brasil;
2. apresentar os conceitos de espaços públicos e áreas de lazer;
3. conceituar o termo *placemaking*;
4. apresentar correlatos de espaços públicos com aplicação do *placemaking*;
5. resgatar o histórico do Vale do Anhangabaú;
6. realizar levantamento de dados por meio de pesquisa de campo no Vale do Anhangabaú;
7. aplicar os princípios de *placemaking* no Vale do Anhangabaú.

Como marco-teórico desta pesquisa temos Jan Gehl em “Cidades para Pessoas” (2013). Gehl (2013) afirma que existem fortes justificativas a favor de priorizar o planejamento urbano humanista: um planejamento feito para as pessoas. Locais para caminhar, andar de bicicleta, espaços para serem usados pelas pessoas devem existir em todas as partes do mundo. Vários estudos afora explanam a importância da vida e da atividade como uma atração urbana.

[...] as atividades de ver e ouvir são as principais categorias de contato social. São também as formas de contato que mais podem ser influenciadas pelo planejamento urbano. Os convites basicamente determinam se os espaços da cidade têm a vitalidade que favorece o encontro entre as pessoas. [...] Experienciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito a se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas (GEHL, 2013, p. 23).

No Brasil, o conceito é difundido pelo Conselho Brasileiro de Lideranças em *Placemaking* por meio do portal [placemaking.org.br](http://placemaking.org.br). No site, há diversas publicações relacionadas ao assunto, além de um mapeamento que mostra os lugares onde voluntários estão a disseminar o *placemaking*.

A presente pesquisa tem caráter exploratório qualitativo e será fundamentada em pesquisas bibliográficas já elaboradas, constituídas de livros e artigos científicos, em que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002). Além de um estudo de caso que, segundo Severino (2013), se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo e significativo. No caso deste trabalho, o local escolhido foi o Vale do

Anhangabaú. Os dados devem ser coletados e registrados seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo.

Para melhor obtenção dos resultados, será realizada uma pesquisa de campo para levantamento de informações que complementarão a pesquisa. Na pesquisa de campo, o objeto é abordado em seu ambiente próprio e a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os acontecimentos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção por parte do pesquisador (SEVERINO, 2013). O método de observação será a assistemática, que consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. Mas de modo geral, o pesquisador sempre sabe o que observar (MARCONI; LAKATOS, 2017). Sendo assim, o método fenomenológico também será utilizado na pesquisa.

Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. [...] Do ponto de vista fenomenológico, a realidade não é tida como algo objetivo e passível de ser explicado como um conhecimento que privilegia explicações em termos de causa e efeito. A realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. [...] A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, assim a pesquisa procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado (GIL, 2008, p. 14 e 15).

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo do trabalho serão abordadas as referências bibliográficas referentes ao planejamento urbano, desdobrando-se em espaços públicos, áreas de lazer e praças. No segundo capítulo, os correlatos apresentados exemplificarão como o conceito de *placemaking* é aplicado na prática. Serão dois exemplos nacionais e um exemplo internacional, destacando os métodos de aplicação e seus resultados. O terceiro capítulo mostrará a situação atual do Vale do Anhangabaú, usando o método da pesquisa de campo. Os dados obtidos na pesquisa de campo, juntamente com a legislação atual da cidade de São Paulo referente ao Mobiliário Urbano e os autores Mascaró, Mascaró e Freitas no livro “Infra-estrutura da Paisagem” (2008), serão utilizados para confecção de um quadro, apontando a situação atual do Vale do Anhangabaú. No quarto capítulo, os princípios da *Project Public for Spaces* serão utilizados para mostrar de que forma esse conceito pode contribuir no Vale do Anhangabaú e com seus usuários na transformação do espaço público em um lugar melhor e mais atraente. Encerra-se com as considerações finais referente aos resultados obtidos na pesquisa.

## 1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para que seja possível um entendimento completo do tema dessa pesquisa, é necessário fazer a retomada de alguns pontos históricos e conceitos. Além do resgate da história do planejamento urbano no Brasil, o capítulo contará com referências a respeito de políticas sociais, espaços públicos, áreas de lazer, praças e o conceito relacionado ao tema proposto na pesquisa: o *placemaking*.

### 1.1 O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

O planejamento urbano pode ser definido com um método de tomada de decisões cuja finalidade seja abranger metas econômicas, sociais, culturais e ambientais por meio do desenvolvimento de visões espaciais, estratégias e planos, bem como a aplicação de um conjunto de princípios políticos, ferramentas, mecanismos institucionais e de participação e procedimentos regulatórios. É um instrumento fundamental para reformular formatos e funções de cidades e regiões, visando crescimento econômico e lidando com as necessidades dos grupos mais vulneráveis (UN-HABITAT, 2015).

O planejamento urbano no Brasil, assim como nos outros países da América Latina, apresentou um desenvolvimento lento, o que contribuiu demasiadamente para uma grande segmentação social e política. Isso porque se escolheu importar um planejamento urbano de base modernista que resultou em uma “modernização excludente e incompleta das cidades brasileiras”, afirma Pierot e Lima (2014).

A vida urbana no Brasil é recente, visto que no Período Colonial a vida econômica girava em torno das atividades agrícolas e a população vivia em sua grande maioria no campo. O processo de urbanização somente teve início no final do século XIX, mas principalmente a partir do século XX, quando a indústria se torna presente nas cidades da região sudeste (UGUEDA JUNIOR, 2014).

Villaça (2004) afirma que o processo de planejamento urbano do Brasil passou por quatro fases: a primeira, denominada Planos de Melhoramentos e Embelezamento, visando um planejamento de origem renascentista que enfatizava a beleza monumental, grandes avenidas, praças e monumentos, ocorreu entre 1875-1930.

A segunda fase foi marcada pelos Planos de Conjunto, que vem para substituir os de melhoramento e embelezamento, contendo “boas ideias” com base científica, tecnicamente

correta, com o discurso do plano diretor e o urbanismo multidisciplinar. Nesse período é que surgem os Planos Agache para o Rio de Janeiro e o Prestes Maia para São Paulo. Esse período corresponde ao período de 1930-1965. Ainda que o apelo pelo embelezamento estivesse presente, as vias já eram pensadas para os transportes e, no discurso, as remodelações são prometidas à cidade inteira (VILLAÇA, 2004).

A terceira fase é conhecida pelos Planos de Desenvolvimento Integrado, período de 1965-1971, a qual defendia que os planos não poderiam se limitar a obras de remodelação urbana, deviam, então, ser integrados, “tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, integrando a cidade em sua região” (VILLAÇA, 2004, p. 212).

E por último, Planos sem Mapas, que compreende a época de 1971-1992, o qual enumerou objetivos, políticas e diretrizes, abrindo-se a propostas de várias naturezas, e abordou diversos assuntos (VILLAÇA, 2004).

Nos anos 2000, o contexto internacional e as políticas neoliberais (revolução tecnológica, financiamento da economia, recuo dos investimentos públicos, desregulamentação dos serviços públicos, entre outros) associados às desigualdades (segregação territorial, ilegalidade fundiária e imobiliária etc.) resultam na ausência de um desenvolvimento sustentável e na crescente pobreza urbana no Brasil (desemprego, favelas, imobilidade urbana, violência). Nas áreas mais vulneráveis, há baixa renda, baixa escolaridade, desemprego, altos índices de violência, etc. (CLEMENTINO, 2008).

O processo de urbanização no Brasil foi marcado por alterações nas relações de trabalho no campo e na cidade, que tiveram como consequências o êxodo rural e o crescimento das cidades brasileiras. Com esse crescimento acelerado e desordenado, surgiram as grandes metrópoles, mas acompanhadas de problemas sociais e ambientais como carência de infraestrutura urbana, falta de moradias, ocupação de áreas impróprias, poluição, entre outros (UGUEDA JUNIOR, 2014).

### 1.1.1 Planos Urbanos no Brasil

Para que se possa entender o planejamento urbano no Brasil, é preciso retomar alguns aspectos históricos. Segundo Maricato (2001), de 1940 a 2000 a população urbana passou de 18,8 milhões para 138 milhões. Assim, formou-se um gigante movimento de construção de cidade para que a população tivesse suas necessidades supridas, como casa, trabalho, transporte,

saúde, energia etc. E são nas primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização começa a se consolidar.

As reformas urbanas em diversas cidades “lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia”, afirma Maricato (2001, p. 17). As obras de saneamento básico eram para eliminação das epidemias e, paralelamente a isso, se promovia o embelezamento paisagístico para um mercado imobiliário da corte brasileira. Em 1930, segundo Oliveira (2011), os primeiros planos surgiram como os planos Agache no Rio de Janeiro e Prestes Maia em São Paulo, assim destacando o planejamento para a infraestrutura, principalmente saneamento e transportes nessas cidades. O Plano Agache é o primeiro a usar a expressão Plano Diretor<sup>3</sup>, assim se difundindo a partir da década de 1940 até o fim da década de 1980.

Em 1950, o país passa a produzir bens duráveis, o que promove mudanças significativas no modo de vida da população consumidora, na habitação e nas cidades. A transformação foi profunda, desde a ocupação do solo até o interior da moradia, mas não moderna (MARICATO, 1996 apud MARICATO, 2001).

Em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pelo regime militar, o mercado habitacional com o recebimento de recursos financeiros originou a mudança no perfil das cidades com a construção de edifícios de apartamentos (MARICATO, 2001). A criação dessa política teve como consequência encarecer o custo da terra urbana, que levou à especulação imobiliária e induziu a ocupação de uma parte da cidade, as favelas (ROLNIK, 1990). Enquanto as companhias habitacionais (COHABs) implantavam seus conjuntos nas áreas urbanas mais distantes onde a terra era mais barata, as classes médias e altas, com apoio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) adensa a área central e favorece o processo de especulação imobiliária. Nesse contexto, as áreas centrais da cidade tinham infraestrutura adequada, enquanto a periferia necessitava dos requisitos mínimos da vida urbana (MONTE-MÓR, 1981).

Em paralelo à criação do BNH, também foi criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) com intuito de organizar e dispor a política nacional no campo de planejamento local integrado, situada dentro das diretrizes da política de desenvolvimento regional (BRASIL, 1966). Tal feito representou um passo para a concretização do planejamento como função do governo e também instituiu estímulos à elaboração de planos diretores de desenvolvimento local integrado (FELDMAN, 2005 apud FERREIRA, 2007). Essa política

---

<sup>3</sup> É um instrumento básico da política urbana que deve ser elaborada por toda a sociedade. Organiza o crescimento e o funcionamento do município (PÓLIS, 2005).

significou também a implementação de medidas de controle de poder municipal, utilizando legislações estaduais. Outro ponto era a inclusão de uma reforma administrativa, introduzindo o processo de planejamento nas prefeituras e modernizando a administração municipal que, em consequência, melhoraria as condições de vida da população (AZEVEDO, 1976 apud FERREIRA, 2007).

A época de 1980 foi marcada por recessão, desemprego, pobreza e concentração de renda. Porém, esse período também foi marcado por uma melhoria das condições de moradia, proporcionando acesso aos serviços urbanos básicos nas áreas mais pobres (PIEROT; LIMA, 2014). No fim dessa década, várias entidades nacionais e regionais, encaminharam ao Congresso Nacional uma proposta de Ementa Popular à Constituição, contendo reivindicações da população quanto à habitação, transportes e gestão urbana. A resposta para essas reivindicações foi o Plano Diretor. Mas a diferença é que nesse momento, os planos diretores viriam a ser instrumento que define se a propriedade urbana estava ou não cumprindo sua função social (VILLAÇA, 2004).

A década de 1990 foi selecionada como fim de um período na história do planejamento urbano brasileiro porque marca o início do seu processo de politização, fruto do avanço da consciência e organização populares. Essa politização ficou clara desde as metodologias de elaboração e dos conteúdos de alguns planos até os debates travados, aos legislativos e fora deles, em várias cidades importantes do país (VILLAÇA, 2004, p. 233).

Estados e municípios, a partir de 1990, tiveram que se adequar à nova representação federativa estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que previa a descentralização do poder (PIEROT; LIMA, 2014) para que os municípios pudessem se tornar autônomos de governo por meio de dotação tributária, para que fosse possível prover políticas sociais (CASTRO, 1991 apud PIEROT; LIMA, 2014).

Quanto ao planejamento urbano, no período pré-Constituição, o Fórum de Reforma Urbana foi um dos responsáveis pela inclusão dos Planos Diretos Municipais com execução obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes (MARICATO, 2002 apud PIEROT; LIMA, 2014). Após 10 anos de negociação com o Congresso Nacional, em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que estabelecia diretrizes gerais da política urbana e as bases de elaboração do Plano Diretor, afirmam Pierot e Lima (2014).

Com a persistência dos mesmos problemas como a ausência de saneamento, baixa mobilidade, déficit habitacional e degradação ambiental, em 2003 o governo federal criou o

Ministério das Cidades, com intuito de criar políticas públicas para melhorar as condições de vida da população (BURNETT, 2011 apud PIEROT; LIMA, 2014). Em 2006, lançou-se a Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade para todos, que incentivou a elaboração e revisão dos planos diretores. Em 2013, ocorreram diversas manifestações motivadas por reajustes no preço das tarifas do transporte público, além disso, também foram reivindicados serviços como educação, saúde, moradia e reforma política. Para que os problemas das grandes cidades não se repetissem em municípios de pequeno e médio porte, o governo anunciou que em 2014 investiria R\$ 3,8 milhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em resposta aos protestos de 2013 (PIEROT; LIMA, 2014).

### 1.1.2 Acessibilidade

A acessibilidade reproduz diversos significados ligados às possibilidades de acesso dos sujeitos ou de grupos sociais, bem como a atividades ou serviços que estão presentes na cidade, devendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos, sendo assim o acesso à cidade um direito de todos. No âmbito da cidadania, é fundamental que seja garantido o acesso à cidade, possibilitando ao homem viver na cidade de acordo com a vida moderna, tendo ao alcance um ambiente seguro, com água, esgoto, serviços, transportes, educação, saúde trabalho e lazer (GRINOVER, 2006).

O acesso à cidade para todos os habitantes é o conceito básico que orienta as políticas urbanas. Faz parte da cidadania não apenas o acesso à habitação, mas também de vivência e convivência. Significa morar bem, passear com segurança, usufruir adequadamente dos serviços disponibilizados (GRINOVER, 2006).

No artigo 6º da Constituição Federal (1988), dos direitos sociais, o governo assegura a toda a população o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social etc. (BRASIL, 1988).

No Brasil, é a partir da década de 1930 que as políticas sociais começam a surgir em forma de leis, criando órgãos gestores e a garantia de direitos trabalhistas. Nessa época até 1964, o destaque foi para a saúde e educação. Durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreram reestruturações das políticas sociais para que atingisse uma abrangência nacional. Para que isso fosse possível, novas fontes de financiamento surgiram (CASTRO et al., 2009).

Segundo Cardoso Junior e Jaccoud (2005), entre 1980 e 1990 o país enfrentou várias reformas no que se refere à ação social. A Constituição de 1988 ampliou os direitos sociais e o

campo da proteção social, expandindo a responsabilidade pública nos vários problemas que estavam sendo enfrentados. A intervenção estatal passou a equilibrar o acesso a oportunidades, enfrentando “condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza” (CARDOSO JÚNIOR; JACCOUD, 2005).

Assim, por intermédio da garantia dos direitos sociais, buscar-se-ia construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação (CASTRO et al., 2009, p. 64)

É possível destacar, entre os avanços da Constituição de 1988, a instituição de sistema básico de proteção social (seguro social, assistência social e saúde); atendimento na área de saúde para todos de forma pública e gratuita; aposentadoria; seguro-desemprego; assistência social para todos e especialmente a idosos e portadores de deficiência; entre outros (CARDOSO JUNIOR; JACCOUD, 2005).

Segundo Draibe (1990 apud CASTRO et al., 2009) o texto constitucional reforçou o aumento da responsabilidade pública na sua regulação, produção e operação. Para que a proteção social fosse mais abrangente, houve a redefinição dos patamares mínimos e um maior comprometimento em relação aos financiamentos. Era garantida a cobertura a todos os cidadãos que dele necessitassem, mas em especial, a maior proteção era aos grupos de mais baixa renda.

## 1.2 ESPAÇOS PÚBLICOS

Espaço público é todo tipo de espaço intermediário entre edifícios em áreas urbanas, onde o acesso é em geral permitido ao público (CAMPOS, 1995 apud ALBUQUERQUE, 2006). A característica essencial dos espaços públicos para Nogueira (2003, apud ALBUQUERQUE, 2006) é uma rede contínua que se estende em toda a área urbana. Para o autor, essa rede pode assumir diferentes papéis, como estabelecer relações espaciais que conectam a área urbana e o entorno; suporte básico para a mobilidade urbana; referência do parcelamento do solo para a edificação; facilita o alcance das redes de serviços urbanos básicos como água, gás, eletricidade; além das características físicas como ruas, avenidas, praças, entre outros.

O espaço público é um elemento indissociável do espaço urbano. Em conjunto com a arquitetura e a natureza, as ruas, praças, parques, etc. formam uma parte real da cidade.

O ambiente construído público no espaço urbano é um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; é parte da identidade e da imagem urbana (DARODA, 2012, p. 17).

O espaço público é um lugar atrativo às pessoas e nas grandes cidades se tornam essenciais para a população, pois são lugares de interação. São esses espaços que atuam como lugares de encontro e um meio de comunicação social que espelha a diversidade sócio espacial da cidade, além disso, para a cidade os espaços públicos são essenciais “uma vez que são espaços ordenadores e capazes de contrapor a arquitetura de lugares que se voltam cada vez mais para si e menos para a cidade”, afirma Daroda (2012, p. 18).

Segundo Matos (2010), os espaços públicos correspondem a duas tipologias espaciais genéricas: os espaços de permanência – locais que estimulam ações espontâneas, como por exemplo, um passeio, brincar, jogar, encontrar os amigos, geralmente possuem mobiliário próprio; e os circuitos – que são definidos como trajetos humanos, pois permitem a mobilidade de pessoas e veículos. Esses lugares constituem elementos da vida urbana, pois desempenham uma função produtiva de interesse coletivo, estimulam o desenvolvimento urbano e valorizam a qualidade de vida e a vivência urbana.

Vazio ou simplesmente um espaço aberto, inativo e sem atratividade, o espaço público acaba por não exercer sua função. A presença de pessoas no espaço incentiva o uso e estimula os outros a fazerem parte disso. Diferentes atividades acontecendo ao mesmo tempo, com vários públicos, tornam o espaço mais atrativo e transformam a prática do espaço (DARODA, 2012).

Os espaços públicos, como espaços da cidade e parte de seu cenário possuem valor pela importância que o seu uso e função exercem na coletividade e pela relação que estabelecem com a cidade. “[...] são espaços fundamentais para a prática do espaço urbano, para a experimentação da cidade e para a construção de significados coletivos”, completa Daroda (2012, p. 27).

### 1.2.1. Áreas de lazer

No artigo 6º da Constituição Federal (1988), dos direitos sociais, o governo assegura a toda a população o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, entre outros (BRASIL, 1988). Para que todos tenham acesso à diversão e recreação, é preciso que isso seja condicionado pelos governos com infraestrutura adequada (SILVA, 2005).

Segundo Macedo (1995), áreas de descanso são todo e qualquer espaço livre de edificação, destinado ao entretenimento, áreas de jogos e brincadeiras, áreas contemplativas, áreas de valor paisagístico, parques, praias e praças urbanas, possibilitando uma utilização mista. Espaços verdes também são considerados área de entretenimento, são áreas ou porções do território ocupado por qualquer tipo de vegetação, podem ser bosques, campos ou jardins.

As áreas de lazer e recreação podem integrar áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários – sejam praças de esportes, estádios públicos – ou os espaços livres de uso comum – jardins, praias – desde que sejam para atividades prazerosas e que permita a qualquer pessoa “recuperar as energias despendidas com o trabalho ou atividades, seja a nível físico quanto mental” (ARFELLI, 2004, p. 06), completa o autor.

Essas áreas assumem diferentes papéis na sociedade, possibilitam o convívio social e de lazer, diversificam a paisagem e o embelezamento da cidade, ajudam na melhoria do clima e na qualidade do ar, água e solo, são ambientes para o desenvolvimento de atividades educativas, realização de atividades físicas, de entretenimento e de recreação (VIEIRA, 2004 apud LONDE; MENDES 2014). Além de melhorar o meio ambiente, as áreas verdes em que se encontram as áreas de lazer contribuem para o desenvolvimento social e trazem benefícios ao bem-estar, à saúde física e psicológica da população ao proporcionar a aproximação do homem com a natureza, dispondo de condições que favoreçam a prática de recreação e lazer, como caminhadas, corridas, passeios, descanso, práticas que melhoram a saúde física e mental da população. A prática de exercícios físicos pode trazer benefícios fisiológicos imediatos e a longo prazo (LONDE; MENDES 2014). Os locais de lazer e recreação têm a capacidade de neutralizar ruídos, calor e poluição do ar quando a população urbana entra em contato com o ambiente natural (COSTA, 2010 apud LONDE; MENDES 2014).

Considerando que o lazer é um direito de todos, são necessários espaços propícios a todos os habitantes. Parques, praças, centros de convivência, clubes, fazem parte dos espaços públicos oferecidos à população pela administração pública (SANTOS, MANOLESCU, 2008).

### 1.2.2 Praças

As praças são um espaço aberto dentro do tecido urbano, geralmente com jardins, e seu tamanho é um ou no máximo dois quarteirões (MASCARÓ; MASCARÓ; FREITAS, 2008). As praças podem ser definidas como qualquer espaço público urbano que não tenha edificações e que propicie a convivência e recreação à população. Esse espaço sempre exerceu a sua

importante função: a de integração e sociabilidade, aproximando e reunindo pessoas, seja por motivo cultural, econômico, político ou social (VIEIRO; BARBOSA FILHO, 2009).

Segundo Mascaró, Mascaró e Freitas (2008) as praças situam-se nas áreas verdes urbanas. Essas áreas verdes podem ser classificadas em dois grandes grupos: as áreas verdes principais, formadas pelos parques, clubes de esporte, hortas e floriculturas; e as áreas verdes secundárias, formadas pelas praças, largos e ruas arborizadas.

Até o século XVIII, o projeto das praças se delimitava ao entorno dos palácios europeus. Os primeiros espaços livres inseridos no contexto urbano estavam relacionados à existência de mercados populares ou no entorno de igrejas e catedrais. No século XIX, o desenho das praças surgiu, sugerido por profissionais, afirma Viero e Barbosa Filho (2009).

Além da diversidade de vegetação que pode ser abrigada nas praças contribuindo com o conforto ambiental, esses espaços verdes também contribuem contra a poluição e para o conforto lumínico, proporcionando sombra, melhoria na ventilação, insolação em áreas adensadas, entre outros (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009). É considerada por Daroda (2012), um local de valor histórico, cultural e de interação social. É um lugar de encontro, passagem e sociabilidade.

A praça enquanto espaço simbólico e lugar de memória é resultado da integração entre morfologia, estética e apropriação. Compreende formas espaciais que caracterizam a organização do espaço urbano desde os tempos mais remotos, constituindo importantes referenciais urbanos que revelam a necessidade de se ter em meio à cidade, densa e fragmentada, um espaço comum de socialização (DARODA, 2012, p. 23).

A organização física e estrutural da praça deve não determinar suas formas de apropriação. É indicado que os espaços sejam multifuncionais, podendo gerar formas mais livres e criativas de uso, assim possibilitando à população que frequenta a apropriar-se do espaço da maneira agradável e necessária, logo, “esses ambientes devem atender a: contemplação, esporte, cultura, convívio social, serviços, circulação, entre outras dimensões”, completa Gonçalves et al. (2007, p. 07).

### 1.3 PLACEMAKING

Os conceitos do *Placemaking* começaram a surgir em 1960, quando alguns autores como Jane Jacobs e Jan Gehl afirmavam que o desenvolvimento das cidades deveria ser voltado

às pessoas (PLACEMAKING, s/d). Jacobs (2011) afirma que lugares impopulares e de pouco uso são alvos de vandalismo e são um desperdício, pois ganham fama de perigosos e são evitados.

Gehl (2013) afirma que nas últimas décadas a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido, enquanto outras questões ganharam força, como o aumento no tráfego de automóveis. As ideologias de planejamento também deram baixa prioridade a espaços públicos, áreas de pedestres e locais de encontro dos moradores da cidade. São verificados espaços limitados, obstáculos, ruídos, poluição, fatores comuns no espaço urbano na maioria das cidades do mundo.

Diante dessa situação, o *placemaking* surge com o intuito de planejar e criar espaços públicos voltados para as pessoas, visando transformar espaços e pontos de encontro em comunidade – ruas, calçadas, parques e outros espaços públicos –, ou seja, em lugares que estimulem maiores interações entre as pessoas. O conceito observa ainda o uso dos espaços públicos, ouvindo as pessoas que moram ou trabalham por perto para descobrir as necessidades do lugar e os desejos. Essas informações são usadas para que seja possível a implementação de mudanças que tragam benefícios imediatos em um espaço público e para as pessoas que frequentam (PLACEMAKING, s/d).

Degreas, Kaneko e Leite (2016), afirmam que em 2011 a UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – e a organização *Project For Public Spaces* – organização sem fins lucrativos dedicada a ajudar as pessoas a criar e manter espaços públicos que construam comunidades fortes (PPS, 2012) – firmaram uma parceria com o objetivo de desenvolver um método para projetos urbanos baseados no conceito de *placemaking*, propondo melhorar as ruas como espaços públicos; criar praças e parques com diversas atividades simultâneas, reinventar o planejamento comunitário, entre outros. O projeto facilita a criação de espaços para o uso do cidadão a partir de programas de necessidades identificados pela comunidade, considerando questões de conforto e segurança vistos na escala do pedestre em qualquer horário.

O livro intitulado *How to Turn a Place Around* (1999)<sup>4</sup> do *Project for Public Spaces*<sup>5</sup>, é um manual sobre como criar espaços públicos para a comunidade e contém ideias dos trinta anos de experiência da organização. No livro também contém onze princípios básicos,

---

<sup>4</sup> Em tradução livre da autora: como transformar um lugar por aí.

<sup>5</sup> Em tradução livre da autora: projeto para espaços públicos.

chamados de “elementos-chave”, que auxiliam na transformação de espaços públicos em lugares que convidam a população a usá-los, sendo eles (PPS, s/d):

1. A comunidade é o especialista;
2. Crie um lugar, não um projeto;
3. Procure parceiros;
4. Você pode ver muito apenas observando;
5. Tenha uma visão;
6. Mais leve, mais rápido e mais barato;
7. Triangular;
8. Eles dizem “não pode ser feito”;
9. Forma suporta a função;
10. O dinheiro não é problema;
11. Você nunca terminou.

Para que o objetivo seja alcançado com sucesso, esses espaços precisam ser acessíveis, as pessoas precisam estar envolvidas em atividades, o lugar precisa oferecer conforto, ter uma boa imagem e ser um lugar sociável (PPS, s/d). Esses onze princípios ajudam as comunidades a integrar opiniões em uma visão. Traduzir essa perspectiva em um plano e programa de usos garante a implementação sustentável do plano. Transformar essa visão compartilhada em um lugar ótimo, significa encontrar a paciência de caminhar em pequenos passos, ouvir e ver o que funciona melhor em um contexto particular<sup>6</sup>. Juntamente com a participação da comunidade, um processo eficiente de *placemaking* capitaliza recursos, inspira e levanta o potencial de uma comunidade local e assim resulta na criação de espaços públicos de qualidade que contribuem para a saúde, a felicidade e o bem-estar das pessoas<sup>7</sup> (PPS, 2009).

#### 1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

---

<sup>6</sup> Em tradução livre da autora: “Emerging from forty years of practice, our 11 Principles of Placemaking offer guidelines to help communities (1) integrate diverse opinions into a cohesive vision, (2) translate that vision into a plan and program of uses, and (3) ensure the sustainable implementation of the plan. Turning a shared vision into a reality—into a truly great place—means finding the patience to take small steps, to truly listen, and to see what works best in a particular contexto” (PPS, 2009).

<sup>7</sup> Em tradução livre da autora: “With community-based participation at its center, an effective Placemaking process capitalizes on a local community's assets, inspiration, and potential, and it results in the creation of quality public spaces that contribute to people's health, happiness, and well-being” (PPS, 2009).

Nesse capítulo foram retomados aspectos históricos acerca do planejamento urbano e seus desdobramentos. Resumidamente, relatou a história do planejamento urbano no Brasil e como se deu a criação das diversas políticas públicas, dentre elas o Estatuto das Cidades. Nota-se, no decorrer da história do planejamento urbano no Brasil, a precariedade na infraestrutura urbana do país. Dentro do planejamento urbano, foram enfatizados os espaços públicos, destacando os espaços de lazer, mais especificadamente, as praças. No final do capítulo, foi resgatada a história do tema central dessa pesquisa: o *placemaking*.

## 2 CORRELATOS

Esse capítulo será compreendido por meio de correlatos sobre como é aplicado o conceito de *placemaking* na prática. Serão apresentados um exemplo internacional e um nacional em locais específicos, sendo um deles na cidade de Portland, no estado de Maine, Estados Unidos da América e o segundo na cidade de São Paulo. Outro projeto apresentado neste capítulo, também nacional, será o Casa fora de Casa, que atua nos diversos espaços públicos em Goiânia, Goiás. Serão destacados os métodos de aplicação e os resultados. Os correlatos estão em ordem de visibilidade no contexto mundial.

### 2.1 CONGRESS SQUARE PARK – ME

Historicamente, o *Congress Square Park*, localizado no centro da cidade mais populosa do estado de Maine, chamada Portland, Estados Unidos, sempre foi frequentado e utilizado pelos habitantes. Devido à perda de investimentos por parte de grupos e do poder público, o local entrou em desuso e quase foi perdido para uma empresa privada que construiria um centro de eventos. Com a iniciativa da comunidade e ajuda do poder público/privado, o local voltou a ser frequentado e sempre dispondo de várias atrações.

Imagem 01 – Estados Unidos.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 02 – Portland.



Fonte: Google Earth (2018).

Imagem 03 – Parque.



Fonte: Google Earth (2018)

O parque foi criado a partir de um projeto de renovação urbana no início dos anos 80 e tinha como objetivo ser um espaço para os shows da cidade. Durante os anos 80 e 90, o parque foi administrado pelo *Maine Arts*, o *Portland Downtown District* e outros grupos sem fins

lucrativos que traziam eventos como danças, concertos e filmes, tornando o lugar como um ponto de encontro para a população<sup>8</sup> (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

Já no início dos anos 2000, os investimentos públicos e privados diminuíram, a programação foi abandonada e o espaço começou a se deteriorar. O parque já não era mais usado, seguro, confortável ou acessível (imagem 16). Havia intenção de restauração por parte do poder público, mas em vez disso, este tentou vendê-lo<sup>9</sup>. Para que o parque não fosse perdido para um centro de eventos, pessoas da comunidade, como vizinhos e donos de empresas locais, reuniram-se e criaram o *Friends of Congress Square Park* com o objetivo de evitar a venda e melhorar o espaço<sup>10</sup> (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

Imagem 04 – Parque antes das intervenções.



Fonte: Bangor Daily News (2014)

A organização arrecadou fundos, reuniu parceiros, e convidou o vice-presidente sênior da *Project for Public Spaces*, Ethan Kent, para conhecer o espaço e fazer uma fala sobre o *placemaking* para a comunidade e representantes de instituições locais e sobre a importância

<sup>8</sup> Em tradução livre da autora: “The park was created through an urban renewal project funded by an Urban Development Action Grant in the early 1980s. The goal was to make the park a “showplace of the City” and to add significant vitality to the area by creating a new open public space. Throughout the 1980s and 1990s the park was programmed by Maine Arts, the Portland Downtown District and other non-profit groups with events such as dances, movies, and concerts, and was a gathering place for residents and visitors” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

<sup>9</sup> Em tradução livre da autora: “As public and private investment in the park declined in the early 2000s, programming was abandoned completely, and a once vital space was allowed to deteriorate. The park no longer felt loved, used, safe, comfortable, or accessible. The City then scuttled plans that were underway to fix it and instead tried to sell it” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

<sup>10</sup> Em tradução livre da autora: “The grassroots organization was born of necessity: with the city on the verge of selling the park to a developer for an event center, the people were faced with organizing or losing a valuable public resource altogether. The Friends of Congress Square Park formed out of interested members of the community - neighbors and local business owners who saw the potential of Congress Square Park specifically, and the value of public space in general” (CROSTEIN, LACASSE, 2014).

dos espaços públicos e as possibilidades para o parque<sup>11</sup>. Visto a movimentação da população contra a venda do espaço, o Departamento de Planejamento da Cidade de Portland fez uma pesquisa com os moradores da região para avaliar as necessidades e ideias do parque, fazendo com que fosse respondida à pergunta “Eu quero... na *Congress Square Park*”. Com essas respostas, o *Friends of Congress Square Park* começou a implantar alguns dos pedidos imediatamente, seguindo uns dos onze elementos-chave da PPS: Mais leve, mais rápido e mais barato<sup>12</sup> (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

### 2.1.1 Conceitos Aplicados

Enquanto a *Friends of Congress Park* lutava para reverter a decisão da prefeitura e conscientizava a população sobre a importância daquele espaço, o parque ainda precisava de recursos, além de um grupo de voluntários dedicados<sup>13</sup> (PPS, 2015). Para que o projeto obtivesse sucesso rapidamente, impedindo a venda do lugar, o primeiro conceito utilizado foi do conceito “Mais leve, mais rápido e mais barato”. Com alguns mobiliários móveis e *wi-fi* gratuito, além de *food trucks* que trouxeram refeições, o espaço começou a ficar movimentado<sup>14</sup>. Logo a população começou a vir e permanecer no local, povoando a praça ao longo do dia<sup>15</sup> (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

---

<sup>11</sup> Em tradução livre da autora: “They raised money and attention and started experimenting and gathering partners. In the lead up to the sale of the space and ensuing community displeasure, the Friends of Congress Square Park invited PPS Senior Vice President Ethan Kent to their city to see the space and speak to members of the community and representatives of local institutions about Placemaking, the importance of public spaces, and the possibilities for the park” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

<sup>12</sup> Em tradução livre da autora: “Concurrently, the City of Portland Planning Department conducted a public visioning process to assess the needs and aspirations of the community for Congress Square. Through neighborland.com, Twitter, and with signs strategically placed throughout the city they asked people to respond to the prompt, “I want... in Congress Square”. Their efforts garnered over 650 responses. With those responses in hand, the Friends of Congress Square Park began to implement some of the more immediately obtainable requests, the “Lighter Quicker, Cheaper” (LQC) interventions” (CROSTEIN, LACASSE, 2014).

<sup>13</sup> Em tradução livre da autora: “While the Friends’ campaign reversed municipal plans and raised awareness of community-driven public space in general, Congress Square Park still lacked necessary resources beyond a dedicated group of volunteers” (PPS, 2015).

<sup>14</sup> Em tradução livre da autora: “With some movable furniture and free WiFi, more people started stopping by. Food trucks brought meals [...] and meals brought more people” (CROSTEIN, LACASSE, 2014).

<sup>15</sup> Em tradução livre da autora: “Soon more and more people started coming and staying, populating the square throughout the day [...]” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

O conceito defende que o lugar para ser bem-sucedido deve ter fácil acesso. As melhores praças são sempre facilmente acessíveis a pé: as ruas do entorno são estreitas, as faixas de pedestre são bem marcadas e sinalizadas, as luzes são programadas para os pedestres, o tráfego é lento e as paradas de transporte público estão localizadas nas proximidades<sup>16</sup> (PPS, 2014).

Os melhores lugares são aqueles aos quais as pessoas voltam várias vezes. A única maneira de conseguir isso é por meio de um plano que promova maneiras de manter o local seguro e animado<sup>17</sup>. Outro aspecto a ser considerado é que o uso de um local faz com que ele se modifique com o tempo. Para responder a essas mudanças naturais é preciso ser flexível. Ao invés de um palco permanente, um palco retrátil ou temporário pode ser usado. Assim como cadeiras, mesas e outros mobiliários móveis. É importante ter um local para armazenamento desse material<sup>18</sup> (PPS, 2014).

### 2.1.2 Aplicações e atividades

A partir dos conceitos aplicados, as pessoas tinham um lugar para sentar, ler um jornal, tomar uma xícara de café, almoçar ou fazer algum trabalho<sup>19</sup>. Eventos como o *Swing Dancing* com uma banda ao vivo, trouxeram pessoas de várias idades e etnias para dançar (imagem 17) e utilizar a praça também à noite. Também foram levados à praça os jogos da Copa do Mundo para a população assistir<sup>20</sup> (imagem 18) (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

---

<sup>16</sup> Em tradução livre da autora: “To be successful, a place needs to be easy to get to. The best squares are Always easily accessible by foot: Surrounding streets are narrow; crosswalks are well marked; lights are timed for pedestrians, not vehicles; traffic moves slowly, and transit stops are located nearby” (PPS, 2014).

<sup>17</sup> Em tradução livre da autora: “The best places are ones that people return to time and time again. The only way to achieve this is through a management plan that understands and promotes ways of keeping the place safe and lively” (PPS, 2014).

<sup>18</sup> Em tradução livre da autora: “To respond to these natural fluctuations, flexibility needs to be built in. Instead of a permanent stage, for example, a retractable or temporary stage could be used. Likewise, it is important to have on-site storage for movable chairs, tables, umbrellas, and games so they can be used at moment’s notice” (PPS, 2014).

<sup>19</sup> Em tradução livre da autora: “[...] people from the neighborhood who finally had a place to sit outside, read the paper, enjoy a cup of coffee, eat their lunch, or get some work done” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

<sup>20</sup> Em tradução livre da autora: “Events like Swing Dancing in the square, with a live band, brought out a group of people diverse in age and ethnicity that represented the make-up of the community at large to activate the square in the evening. Hosting the world cup at the square brought people together in one of the finest traditions of group spirit - rooting for a sports team” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

Imagem 05 – Dança com banda ao vivo.



Fonte: Corey Templeton (2015)

Imagem 06 – Transmissão jogos da copa.



Fonte: Friends of Congress Square Park (2014)

Uma das colaborações bem-sucedidas foi com a Galeria Space – um espaço contemporâneo de arte visual e atrações artísticas – localizado bem próximo ao parque<sup>21</sup>. Trouxe artistas ao público para apresentações ao ar livre, como é visto na imagem 19. A organização também iniciou pequenas mudanças na infraestrutura, como novas arborizações (imagem 20) (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

Imagem 07 – Apresentação no parque.



Fonte: Congress Square Arts (2018)

Imagem 08 – Novas plantas para o parque.



Fonte: Congress Square Arts (2018)

Desde 2015, o parque reuniu cerca de 80 mil visitantes até o momento, com eventos públicos que atraem a vizinhança<sup>22</sup>. No ano de 2017 foram realizados mais de 96 eventos

<sup>21</sup> Em tradução livre da autora: “One of the Friends of Congress Square Park’s most successful collaborations has been with SPACE gallery – a non-profit contemporary visual and performing art space - to organize the first season of events and art interventions” (CROSTEIN; LACASSE, 2014).

<sup>22</sup> Em tradução livre da autora: “Since its inception, FoCSP’s creative placemaking has drawn well over 80,000 estimated visitors to the park. Since our first In the Square season in 2015, we have been offering compelling public events that both shares the creativity of our neighbors and creates more connectedness in our city” (CONGRESS SQUARE PARK, s/d).

gratuitos entre maio e outubro, com música ao vivo, filmes, dança, teatro, ioga, circo, entre outros<sup>23</sup>. Todo ano, o parque convida a população em uma “Chamada Aberta” para sugerir eventos de todos os tipos, criando assim um vasto calendário de atividades<sup>24</sup>. Todos os eventos são gratuitos, mas os artistas são pagos com a ajuda de fundações e organizações (CONGRESS SQUARE PARK, s/d).

Para o ano de 2018, o calendário de atrações e atividades entre maio e outubro já está pronto. Além das atividades semanais, como práticas de meditação chinesa às quartas-feiras, tricô e crochê às quintas-feiras, xadrez aos sábados e filmes aos domingos, contará com circo, dança de todos os estilos, performance de artistas, clube do livro, ópera, jogos, *food trucks*, entre várias outras atividades. As imagens 21 e 22 são do mês de junho, de uma aula de Salsa em que a banda Primo Cubano participou.

Imagem 09 – Aula de Salsa.



Fonte: Amy Rose Images Photography (2018)

Imagem 10 – Banda Primo Cubano em aula de Salsa.



Fonte: Amy Rose Images Photography (2018)

## 2.2 LARGO DA BATATA - SP

O Largo da Batata é um logradouro público em São Paulo que passou por diversas mudanças e adaptações ao longo do tempo. Foi local de passagem de linha de bondes, terminal

<sup>23</sup> Em tradução livre da autora: “Last year saw over 96 free public evening and weekend events hosted from May through October featuring live music, films, dance, theatre, yoga, circus, art interactions, and more” (CONGRESS SQUARE PARK, s/d).

<sup>24</sup> Em tradução livre da autora: “Each year, Congress Square Park invites the Greater Portland community to submit their concepts for events and activities through an Open Call. Everyone is invited, and all genres and ideas are welcome” (CONGRESS SQUARE PARK, s/d).

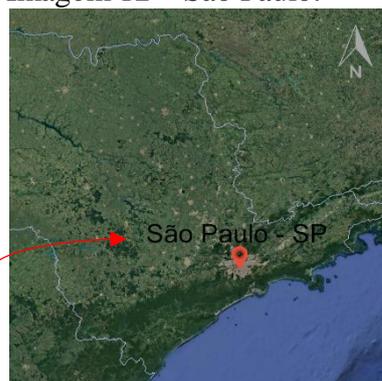
de ônibus, comércio e vários tipos de serviço. Após a intervenção da Operação Faria Lima, o espaço ficou vazio, sem utilidade alguma, a não ser o de passagem de pedestres. Com a iniciativa de pessoas que moram na região, o local passou a ser um local de convivência dos moradores. Eventos, oficinas, jogos e shows agora fazem parte desse espaço semanalmente.

Imagem 11 – Brasil.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 12 – São Paulo.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 13 – Largo da Batata.



Fonte: Google Earth (2018)

É localizado no distrito de Pinheiros, na cidade de São Paulo, situa-se na confluência da avenida Brigadeiro Faria Lima e ruas Teodoro Sampaio, Martim Carrasco, Berel Aizenstein e Fernão Dias, conforme imagem 04. Inicialmente ocupada por índios guaianás, durante os séculos XVII e XVIII, passavam pela região caravanas de bandeirantes e tropeiros com destino ao interior do país (FRASCINO; WAISMAN; FERIANCIC, 2013).

Imagem 14 – Indicação de ruas confluentes.



Fonte: Google Maps (2018), editado pela autora.

Legenda:

- 1 – Avenida Brigadeiro Faria Lima;
- 2 – Rua Teodoro Sampaio;
- 3 – Rua Martin Carrasco;
- 4 – Rua Berel Aizenstein;
- 5 – Rua Fernão Dias.

Com a chegada dos imigrantes japoneses no século XX, o Largo passou a ser encontro para venda de produtos alimentícios, assim ganhando o apelido de Largo da Batata. Após a instalação da Cooperativa Agrícola de Cotia e o Mercado Caipira – local de comercialização de

batata – as rotas de transporte público passaram a concentrar-se no local (MONTUORI et al., 2015). O processo de consolidação do bairro e do Largo da Batata iniciou-se com a implantação de uma linha de bondes (imagem 05) que o ligava com o centro da cidade, assim o bairro desenvolveu-se como área residencial e de pequenas indústrias e comércio (FRASCINO; WAISMAN; FERIANCIC, 2013).

Imagem 15 – Linha de bondes.



Fonte: Folha de São Paulo (2012)

Outro fato importante foi a ocupação dos terrenos nas margens do Rio Pinheiros por residências de classe média, assim trazendo melhorias urbanas. A partir dos anos 60, com a abertura da Avenida Faria Lima que terminava no Mercado Caipira – que foi demolido e transferido – o local acabou tornando-se cada vez mais um ponto modal de transporte. Em 1994, a Cooperativa decreta falência e deixa o local (MONTUORI et al., 2015). Já em 1995, a prefeitura lança a Operação Urbana Faria Lima na área de influência da avenida Brigadeiro Faria Lima, um dos principais eixos comerciais da cidade de São Paulo, e em 2001 inclui um projeto de Reconversão Urbana no Largo, pois além de ser utilizada como terminal de ônibus, seu entorno constituía uma área de degradação urbana (imagem 06) (FRASCINO; WAISMAN; FERIANCIC, 2013).

Imagem 16 – Largo antes da Reconversão.



Fonte: Google Earth (2008)

Esse projeto incluía a remoção de diversas edificações, incluindo o terminal de transporte, que foi transferido para a Marginal Pinheiros. Após dez anos, o Largo da Batata ressurgiu em mais de 29 mil metros quadrados (imagem 07). Pela Operação, foram prometidos centro cultural e praça, mas nada foi executado. O espaço ficou vazio, sem árvores, sem mobiliário urbano (imagem 08) que convidasse a população a utilizar o local (MONTUORI et al., 2015).

Imagem 17 – Largo após a Reconversão.



Fonte: Google Earth (2017)

Imagem 18 – Largo depois da Operação.



Fonte: Revista Apólice (2017)

O espaço começou a ganhar destaque na mídia em junho de 2013, quando foi palco das manifestações do Movimento Passe Livre, que trouxeram os conflitos urbanos e a luta pelo direito à cidade. Em meio a disputas e impasses, um grupo de dez pessoas passou a ocupar o espaço com algumas cadeiras de praia e guarda-sóis, tornando parte da rotina a permanência às sextas-feiras. Entre essas pessoas, a arquiteta Laura Sobral juntamente com a população da região, parentes e amigos, iniciou a ocupação, posteriormente com o envolvimento do comércio local e instituições que acreditavam no projeto. Assim originou-se A Batata Precisa de Você, em 2014, movimento de apropriação marcado pelo direito à cidade, colocando o espaço público como item principal para a construção da vida coletiva nas cidades (MONTUORI et al., 2015; GIANNELLI, 2017).

### 2.2.1 Conceitos aplicados

A realização de um diagnóstico sobre o local auxilia para o descobrimento do que é interessante e necessário para o espaço e do que as pessoas sentem falta. Além da luta pelo direito à cidade e o uso do conceito de *placemaking*, o projeto também aplicou os conceitos de urbanismo tático: ações de curta duração realizadas com o objetivo de melhorar uma pequena

parte da cidade, qualificando o ambiente urbano e tendo como característica o baixo custo e a microescala (LYDON, 2012 apud MONTUORI et al. 2015). A implantação de uma faixa de pedestres, projetada e executada pelo grupo, foi feita cerca de 500 metros da faixa de pedestre oficial, justificando que os veículos paravam sobre a sinalização horizontal e a outra faixa era fora do percurso da travessia do Largo (GIANNELLI, 2017).

O *Do It Yourself*<sup>25</sup> – DIY, permite a construção de projetos por conta própria e com base na experimentação, nesse caso recuperando e requalificando espaços públicos sem buscar apoio profissional (DOUGLAS, 2014 apud MONTUORI et al. 2015). No projeto, foram criados pequenos ambientes com bancos para até quatro pessoas, mesas, coletores de água, rede *wi-fi*, criação de pequenas áreas verdes com mudas de árvores e pequenos arbustos, inclusive abrigos de *pallets* e lonas para um dos moradores de rua que vive há muitos anos no Largo (GIANNELLI, 2017).

*Open Design*<sup>26</sup>: ferramentas e instrumentos de design compartilhados via rede, instigando os trabalhos colaborativos e ações do DIY (ABEL et al., 2011 apud MONTUORI et al. 2015). O projeto conta com uma página e um grupo no Facebook que ajuda na formalização dos encontros, temas e atividades, além de fotografias dos vários encontros. Giannelli (2017) afirma que o uso das mídias sociais tem dado maior visibilidade ao projeto.

### 2.2.2 Aplicações e atividades

O projeto acredita que, para se ter uma cidade mais humana, é necessário mostrar às pessoas o espaço público como uma oportunidade para a intervenção e a reinvenção. Iniciativas podem valorizar a qualidade da ocupação dos ambientes pela presença humana e incentivam a apropriação da cidade pelo cidadão. A imagem 09 mostra uma placa que convida as pessoas que passam pelo local a ocuparem o espaço no dia e horário expostos. Assim, todas as sextas-feiras chegam pessoas com guarda-sóis, cadeiras de praia, almofadas, redes e tendas, conforme mostra a imagem 10 (MONTUORI et al., 2015).

---

<sup>25</sup> Em tradução livre da autora: “faça você mesmo”.

<sup>26</sup> Em tradução livre da autora: “design aberto”.

Imagem 19 – Convite.



Fonte: A Batata precisa de você (2014)

Imagem 20 – Ocupação no Largo da Batata.



Fonte: A Batata precisa de você (2014)

A cada semana acontecem atividades diferentes, como jogos de rua, sessões de ioga e alongamento, oficinas de crochê e de leitura, karaokê, apresentações de música, dança etc. Os encontros são em grande parte organizados *online*, em todas as sextas-feiras tem atividades até pelo menos meia-noite no local (MONTUORI et al., 2015).

A cada ano aumenta o número de bandas e blocos carnavalescos que se dirigem à região, além de festas típicas como a Junina, o evento também acolheu feiras de livros, alimentos orgânicos (GIANNELLI, 2017). Resultado disso é o espaço do Largo da Batata mais movimentado e sendo utilizado também durante a semana para atividades culturais e de lazer. A arquitetura temporária, estratégia adotada pelo projeto, criou protótipos de mobiliário urbano por meio de oficinas gratuitas, como bancos e mesas de madeira feitas de *pallets*. Na imagem 21, é possível ver a montagem do mobiliário e na imagem 22 tem-se o mobiliário finalizado (MONTUORI et al., 2015).

Imagem 21 – Montagem do mobiliário.



Fonte: A Batata precisa de você (2014)

Imagem 22 – Mobiliário finalizado.



Fonte: A Batata precisa de você (2014)

Em 18 meses de ocupação do Largo da Batata – entre janeiro de 2014 a março de 2015 – aconteceram 74 encontros no local. Foram recebidos todos os tipos de atividades: fabricação de mobiliário urbano, oficinas, debates, rodas de discussão etc. O que era um grande espaço vazio entregue em 2013 pela Operação Faria Lima, usado apenas para passagem, agora é um lugar de afeição (MONTUORI et al., 2015).

### 2.3 CASA FORA DE CASA – GO

O projeto Casa fora de Casa acontece no bairro Setor Sul em Goiânia, Goiás. Mas diferentemente dos outros projetos, cada encontro acontece em um local diferente. Para que possamos entender a escolha dos locais, será resgatado um pouco sobre a história do planejamento urbano de Goiânia, que teve como base os princípios das cidades-jardins. O Casa fora de Casa reúne os princípios do urbanismo tático e do *placemaking* e está levando às comunidades conhecimento e melhorando espaços.

Imagem 23 – Brasil.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 24 – Goiânia.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 25 – Bairro.



Fonte: Google Earth (2018)

Retomando um pouco o histórico do planejamento de Goiânia, em 1932, Attilio Corrêa Lima foi convidado pelo interventor federal do Estado Pedro Ludovico Teixeira para projetar o plano de Goiânia (VIEIRA, 2011). O plano inicial de Goiânia foi composto por três bairros: o Setor Central, influenciado pelo urbanismo francês, especialmente da cidade industrial de Tony Garnier e da Praça Cívica a centro de poder político do estado; o Setor Norte, seguindo o desenho do Setor Central, implantando as residências populares entre a estação ferroviária e a área industrial; e por fim o Setor Sul, onde estavam as residências dos funcionários do Estado e onde a proposta original sofreu mudança, sendo redesenhada de acordo com a cidade-jardim de Ebenezer Howard (FARIAS; ANDRADE; TENÓRIO, 2014).

O zoneamento da cidade proposto por Attilio era o de localizar as diversas atividades da cidade em zonas demarcadas, seguindo as tendências modernas, organizando os serviços públicos e facilitando problemas técnicos, econômicos e sanitários (VIEIRA, 2011 apud LIMA, 1937). No que se tratava de arborização da cidade, o engenheiro propôs a constituição de parques e avenidas intercalados por pequenos lagos. No seu projeto, predominavam os espaços para vias públicas, jardins e parques (VIEIRA, 2011).

Segundo Vieira (2011) Atillio Corrêa Lima desligou-se da construção de Goiânia e então assumiu em seu lugar o engenheiro Armando Augusto de Godoy. Augusto aponta algumas modificações ao plano original, mas não altera a perspectiva de planejamento de Lima. Para o Setor Sul foram adotados os princípios da cidade-jardim, Godoy apontava para a necessidade de estabelecer um maior contato entre os moradores e a natureza.

Goiânia foi criada a partir de novas teorias urbanas. A experimentação goiana da cidade-jardim no Setor Sul, como é possível ver na imagem 26, ficou marcada por um sistema de áreas verdes que formavam um cinturão e uma malha dentro do bairro, o sistema viário previa a hierarquização das vias e um desenho orgânico repleto de *cul-de-sacs*<sup>27</sup> (GONÇALVES, 2002 apud FARIAS; BRITTO, 2016).

Imagem 26 – Núcleo inicial de Goiânia.



Fonte: Vitruvius (2016)

A principal característica desse bairro são os interiores das quadras de uso público, que desde sua implantação em 1940 só receberam algum tipo de mobiliário no final da década de 1970 com o projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) (FARIAS;

---

<sup>27</sup> Cul-de-sacs: termo de origem francesa que se refere a uma via sem saída.

ANDRADE; TENÓRIO, 2014). Esse projeto foi um programa do BNH, que incentivava a ocupação de áreas urbanas para melhorar o investimento em infraestrutura urbana. O programa acabou sendo extinto antes mesmo de concluir os trabalhos. As áreas verdes do bairro acabaram por não serem utilizadas, mesmo com o projeto CURA, esses espaços são vistos pela população como lugares inseguros, vazios e sujos (FARIAS; BRITTO, 2016).

O projeto Casa fora de Casa surge para inverter a situação de abandono dessas áreas públicas, trazendo a população para a intervenção e colocando-as como protagonistas da mudança que eles desejam para o bairro. A iniciativa é do Sobre Urbana, um estúdio de intervenções urbanas que desenvolve ideias para a cidade por meio de processos colaborativos, participativos e multidisciplinares (SOBRE URBANA, 2016).

### 2.3.1 Conceitos aplicados

Para abranger todo o bairro do Setor Sul, foram eleitas quatro áreas como campos de ação (imagem 27) (FARIAS, 2016). O primeiro espaço é a Praça Wilson Valente Chaves, o segundo é a Praça do Martim Cererê, o terceiro é o Bacião das Artes e o quarto a Praça Espaço Cultural da Paixão Fleury Curado (SOBRE URBANA, 2016).

Imagem 27 – Divisão das áreas de atuação.



Legenda:

- 1 – Praça Wilson Valente Chaves;
- 2 – Praça do Martim Cererê;
- 3 – Bacião das Artes;
- 4 – Praça Espaço Cultural da Paixão Fleury Curado.

Fonte: Google Earth, editado pela autora (2018)

Inicialmente, foram realizadas pesquisas de observação do uso desses espaços públicos, de como são ocupados, quem são as pessoas que utilizam e para o quê (SOBRE URBANA, 2016). Para isso, foram utilizadas duas ferramentas do *placemaking*: a contagem simples de pessoas que passam pelo espaço e a observação do uso (FARIAS, 2016).

O Urbanismo Tático também foi utilizado como conceito norteador do projeto. Conta com a atuação voluntária de cidadãos envolvidos na transformação da realidade urbana; ações de táticas rápidas, baratas e fáceis; transformação urbana por meio dos anseios e atitudes da comunidade. O projeto busca, a partir de soluções criativas e de um processo participativo, atuar sobre espaços públicos da cidade e incentivar a população a sentir-se responsável por eles (SOBRE URBANA, 2016).

*Design Thinking*<sup>28</sup> é outro conceito usado, nasceu do conceito de *Human Centered Design*<sup>29</sup>, design focado no usuário. É uma abordagem que se apoia em três pilares: a empatia, a colaboração e a experimentação. Assim, o design passa a usar o usuário como foco de todo o projeto, o qual é dividido em quatro etapas: descoberta, definição, desenvolvimento e entrega. A descoberta e a definição fazem parte do levantamento de informações relevantes ao projeto, e o desenvolvimento e entrega são as aplicações das ideias criadas (SOBRE URBANA, 2016).

Para que se pudesse divulgar o máximo possível, foram elaborados site próprio, perfis em redes sociais, material gráfico, assessoria de comunicação e imprensa para viabilizar a exposição do projeto nas mídias locais (FARIAS, 2016).

### 2.3.2 Aplicações e atividades

Com as ferramentas do *placemaking* e do *design thinking* usadas como táticas urbanas, o projeto envolve as pessoas em um processo de produção de ideias e intervenções no espaço público. Segundo o site do projeto, as atividades estão agrupadas em quatro momentos: cinema, pedalada, deriva fotográfica e oficinas. Essas formam uma primeira etapa de reconhecimento do bairro, trazendo ideias de intervenção (CASA FORA DE CASA, s/d).

Após uma série de oficinas artísticas que habilitam a população a colocar suas ideias em prática, são organizadas as oficinas de mobiliário urbano temporário, oficinas, criação de rotas e sinalização, entre outras atividades (CASA FORA DE CASA, s/d; SOBRE URBANA, 2016).

A criação de uma rota de bicicleta que atravessa todo o bairro, explorando as áreas verdes das quadras; a instalação de uma geladeira reutilizada como ponto de troca de livros; mobiliário de madeira para crianças e assentos; mutirão para plantio de mudas ornamentais e árvores de porte; mutirão de agrofloresta, que incentivou o cultivo de hortaliças e espécies

---

<sup>28</sup> Em tradução livre da autora: “pensamento de design”.

<sup>29</sup> Em tradução livre da autora: “design centrado no ser humano”.

frutíferas (imagem 28); mutirão de limpeza; oficina de brinquedos populares; oficina de educação patrimonial; oficina de paisagismo sustentável; instalações urbanas também foram desenvolvidos durante o projeto (imagem 29) (FARIAS, 2016; CASA FORA DE CASA, s/d).

Imagem 28 – Encontro na Praça Cora Coralina.



Fonte: A Casa fora de Casa (2016)

Imagem 29 – Oficina Mobiliário Urbano.



Fonte: A Casa fora de Casa (2016)

O projeto recebeu também atividades já existentes na cidade, como a sessão cinema do projeto Cinema na Calçada (imagem 30) e o passeio de bicicleta criado na oficina de rotas, integrado às atividades da Semana da Mobilidade. Líderes comunitários e associações vizinhas também se aproximaram das atividades para troca de experiências e para fortalecer suas atividades em suas localidades (SOBRE URBANA, 2016).

Imagem 30 – Cinema ao ar livre.



Fonte: A Casa fora de Casa (2016)

A edição que ocorreu nas áreas verdes do Setor Sul aconteceu entre julho e setembro de 2016 contou com quarenta atividades entre as quatro praças e com quinhentos participantes. O projeto conta com o patrocínio do Fundo de Arte e Cultura de Goiás, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e o Governo de Goiás. Além do apoio da Prefeitura de Goiânia,

também contou com vários parceiros. Em 2018, o projeto chegou no Setor Pedro Ludovico, e tem programação prevista entre março e maio, com encontros com a comunidade, reconhecimento das áreas da vizinhança e oficinas para execução das ideias (CASA FORA DE CASA, s/d).

## 2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, foram apresentados três projetos que mostram como o conceito de *placemaking* é aplicado. O primeiro projeto chamado “A Batata precisa de você” em São Paulo, contou com a iniciativa de uma arquiteta, seus amigos e parentes e a comunidade local. Os diversos encontros, além de descontração para os habitantes da região, trouxeram conhecimento e experiências positivas tanto à população, quanto aos organizadores dos encontros.

O segundo projeto apresentado foi realizado no *Congress Square Park*, em Portland, Estados Unidos. Um lugar que ao passar do tempo foi perdendo o seu objetivo original – de sediar os shows e eventos da cidade – mas voltou com programações semanais devido à iniciativa dos moradores e dos comerciantes locais que viam potencial no espaço.

O terceiro projeto intitulado Casa fora de Casa, iniciativa de um estúdio de intervenções urbanas, está aplicando os conceitos de *placemaking* e urbanismo tático nas áreas verdes de Goiânia, em Goiás. O primeiro bairro escolhido para o projeto foi o Setor Sul, o qual tem os princípios da cidade-jardim em seu desenho, com diversas áreas verdes que foram esquecidas pelo poder público e entraram em desuso. Os encontros buscavam listar as potencialidades e as carências dos espaços e oficinas ensinavam a população a melhorar esses locais.

### 3 APLICAÇÃO DO TEMA DELIMITADO: VALE DO ANHANGABAÚ

O presente capítulo tem como objetivo relacionar o referencial teórico sobre espaços urbanos com a metodologia de aplicação. Contém um resgate histórico sobre o local da pesquisa de campo, neste caso o Vale do Anhangabaú, e uma tabela onde será apontada a situação atual acerca do mobiliário urbano e infraestrutura atual para uma posterior análise do que pode ser aprimorado utilizando o conceito de *placemaking*. Este capítulo tem como metodologia:

Estudo de caso: segundo Severino (2013), concentra-se no estudo de um caso particular, considerado representativo e significativo. No caso deste trabalho, o local escolhido foi o Vale do Anhangabaú. Os dados devem ser coletados e registrados seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo.

Pesquisa de campo: levantamento de informações que complementarão a pesquisa. Na pesquisa de campo, o objeto é abordado em seu ambiente próprio e a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os acontecimentos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção por parte do pesquisador (SEVERINO, 2013).

Método de observação assistemática: consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. Mas de modo geral, o pesquisador sempre sabe o que observar (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Método fenomenológico: o propósito da fenomenologia é proporcionar uma descrição da experiência como ela é, sem consideração sobre a sua gênese psicológica e das explicações eventuais que os especialistas podem dar. O método considera o que está “presente na consciência dos sujeitos” (GIL, 2008, p. 14).

Os dados obtidos na pesquisa de campo juntamente com a legislação atual da cidade de São Paulo referente ao Mobiliário Urbano, o Decreto nº 52.933, de 19 de janeiro de 2012, “[...] no que se refere às normas técnicas de instalação [...] dos abrigos em pontos de parada de ônibus, das estações de embarque e desembarque e dos totens indicativos de ponto de parada de ônibus, com exploração publicitária, no Município de São Paulo” (SÃO PAULO, 2012) e os autores Mascaró, Mascaró e Freitas no livro *Infraestrutura da Paisagem* referente a *Infraestrutura Urbana* serão utilizados para confecção de uma tabela, apontando a situação atual do Vale do Anhangabaú.

### 3.1 HISTÓRICO DO VALE DO ANHANGABAÚ

O Vale do Anhangabaú é um espaço público situado no centro da cidade de São Paulo entre os viadutos do Chá e o Santa Ifigênia, conforme imagem 36. É um local de extrema importância histórica para a cidade de São Paulo, pois marcou a formação do centro do município e conta com aproximadamente 28 mil metros quadrados de área (OLLERTZ, 2008).

Imagem 31 – Brasil.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 32 – São Paulo.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 33 – O vale.



Fonte: Google Earth (2018)

Imagem 34 – Imagem aproximada do Vale.



Fonte: Google Earth, editado pela autora (2018)

O nome Anhangabaú se deve a uma plantação de chá da Índia que ocupava as margens do rio que ali existia (SÃO PAULO, s/d). Até 1822, a região do Anhangabaú era uma chácara que pertencia ao Barão de Itapetininga, onde os moradores vendiam chá e agrião. No século XVII, as pessoas usavam a água do rio Anhangabaú para lavar roupas e tomar banho (IBGE, s/d).

Resumidamente, em uma primeira etapa, São Paulo começou a desenvolver-se no alto de uma colina circundada pelos rios Tamandateí e Anhangabaú. Durante os séculos XVI e XVII foram ocupados ainda três pontos da colina que definiram as principais ruas centrais. Em uma segunda etapa, há uma concentração do centro da cidade rumo ao norte juntamente com as estações ferroviárias se localizando nessa região, o que demarcou a nova entrada da cidade. Grandes empreendedores imobiliários lançaram loteamentos de alto padrão situados no lado oeste da cidade com ruas mais largas, lotes amplos e contavam ainda com abastecimento de água e esgoto. A construção do viaduto do Chá em 1877 facilitou a conexão do centro com os bairros a oeste e é onde se inicia a terceira etapa, onde começa a concentração do centro rumo a oeste, atravessando o viaduto e formando o centro novo. Em meio a isso, o Anhangabaú passa a ser o espaço mais valorizado no setor central (OLLERTZ, 2008).

A construção do viaduto resultou na desapropriação das chácaras que ali estavam e, após um período de descaso, o espaço foi jardinado e o rio canalizado, em 1910, assim tornou-se o Parque Anhangabaú, que dividiu a nova São Paulo da velha (IBGE, s/d). Naquela época, os parques eram feitos justamente com o sistema viário, e assim foi feito o Parque do Anhangabaú, bem arborizado e com vias sinuosas. Com o tempo, a carga viária foi aumentando, conseqüentemente afetando os jardins. Nos anos de 1930 e 1940, o parque passou a se tornar um obstáculo em meio ao sistema viário, visto que o automóvel passava a ser um dos principais meios de mobilidade. Durante anos tentou-se resolver esse conflito com a construção de passarelas, túneis, mas nada solucionou (HEREÑÚ, 2016). Na imagem 35 é possível ver o parque em 1961, fotografia tirada do alto do Viaduto do Chá.

Imagem 35 – Fotografia do Parque do Anhangabaú.



Fonte: Acervo São Paulo Antiga (2013)

Nos anos de 1980, a prefeitura abre um concurso nacional para o espaço. Intitulado “Concurso Público Nacional para Elaboração de Plano de Reurbanização do Vale do

Anhangabaú”, foi promovido por meio do EMURB - Empresa Municipal de Urbanização em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo. A ideia era que os concorrentes elaborassem uma proposta que envolvesse a circulação viária e a de pedestres, uso dos espaços públicos, equipamentos locais e metropolitanos, uso do solo e valorização e preservação dos bens tombados. O vencedor foi o escritório de Jorge Wilhelm e Rosa Kliass. A proposta era criar um espaço novo, de encontro, de repouso, de usufruto e permanência. Foi concluída em 1992, cobriu as pistas do sistema viário e alterou a paisagem do local, a área foi constituída de grandes pisos e grandes espaços com vegetação rasteira e implantação de árvores (HEREÑÚ, 2007; HEREÑÚ, 2016; SÃO PAULO, s/d).

E um dia o Jorge chegou para mim: mas escuta... você tá querendo fazer um parque aí? Falei: é isso! É um parque que nós queremos fazer mesmo. O que significa um parque? Uma área pedestrializada onde o carro não tinha acesso. A grande solução foi embutir o sistema viário, ele entrava antes do Anhangabaú e ia sair lá longe. Me lembro que tenho uma expressão que eu usei muito que era “espaço democrático”. Democrático em que sentido? Você pode fazer o percurso que você quiser. Você tem todas as possibilidades de circular na área (KLIASS, 2016<sup>30</sup>).

O acelerado crescimento da cidade de São Paulo resultou em um esvaziamento da área central, pois a elite que ocupava esse espaço no século 20, vai se afastando do centro e assim deixando de ter habitação e passa apenas a ter comércio e serviço. Com isso, o espaço à noite não é mais utilizado pela população, afirma o arquiteto Alvaro Puntoni<sup>31</sup> em entrevista à Sesc TV (2016). Ainda na entrevista, Lili Monteiro<sup>32</sup> comenta que poucas pessoas utilizam do espaço, os que utilizam, muitas vezes é para o consumo de droga. Ainda finaliza dizendo que se houvesse mais policiamento, talvez o espaço pudesse ser utilizado pela população. Rosa Kliass<sup>33</sup> (2016) afirma que o único responsável pela deterioração do Anhangabaú é o órgão público. As vezes que a prefeitura fazia algum ajuste no vale, destruía alguma coisa. “Não existe mais granito vermelho, não tem mais arenito rosa, não tem mais mosaico português [...]”, foram pouco a pouco se deteriorando, mas devido às ações da prefeitura.

---

<sup>30</sup> Trecho retirado de uma entrevista concedida por Rosa Kliass para a SESC TV em 2016.

<sup>31</sup> Arquiteto no Grupo SP em São Paulo, mestre e doutor pela FAU-USP.

<sup>32</sup> Diretora no Teatro da Vertigem, na ocasião acontecia um espetáculo do teatro no espaço do Anhangabaú.

<sup>33</sup> Arquiteta paisagista formada pela FAU-USP, fundadora da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas.

Gerague (2015) afirma que em 2016 o vale passaria por uma grande transformação. A proposta era fazer com que a população voltasse a utilizar do local, com bancos, espelhos d'água, pista de skate, quiosques com cafés, bancas de jornal e banheiros. A requalificação estava prevista para começar em 2017. Contudo, na visita técnica feita pela autora desta pesquisa em 16 de junho de 2018, as obras ainda não tinham sido iniciadas e não há notícias a respeito da situação desse projeto.

### 3.1.1 Pesquisa de campo: Vale do Anhangabaú

A pesquisa de campo realizada no dia 16 de junho de 2018 permitiu o levantamento das informações apresentadas a seguir. O espaço do Vale do Anhangabaú foi abordado em seu ambiente próprio e a coleta de dados foi feita por meio de observação assistemática, que segundo Marconi e Lakatos (2017) consiste em recolher e registrar fatos da realidade sem utilizar meios técnicos. As fotografias foram tiradas nas condições naturais do espaço sem intervenção por parte do pesquisador, como sugere Severino (2013) na realização da pesquisa de campo. Nos apêndices A e B, há um esquema que mostra a localização exata das fotografias. A análise da situação atual do vale será fundamentada na legislação da cidade de São Paulo referente ao mobiliário urbano e também nos conceitos de Mascaró, Mascaró e Freitas (2008) no livro *Infraestrutura da Paisagem*.

A legislação vigente de São Paulo a respeito do mobiliário urbano, Lei nº 15.465 de 18 de outubro de 2011, considera que o conjunto de elementos instalados em espaços de uso público, colocados à disposição da população, tem como funções urbanísticas: circulação e transportes (abrigos em pontos de parada de ônibus, taxis, ciclovias, bicicletários, totens indicativos), ornamentação da paisagem e ambientação urbana (fontes, chafarizes, paisagismo), descanso e lazer (bancos, bebedouros, equipamentos esportivos, equipamentos infantis), serviços de utilidade pública (guaritas de vigilância, informações públicas e cabines policiais), comunicação e publicidade (painel publicitário), atividade comercial e acessórios à infraestrutura.

Mascaró, Mascaró e Freitas (2008) afirmam que a paisagem é entendida como uma realidade ecológica, materializada fisicamente em um espaço, no qual se inserem os elementos e as estruturas construídas pelos homens. Entre os vários elementos destacados pelos autores, serão utilizados nesta pesquisa: sistema viário (ciclovias), pavimentação (ruas e calçadas), energia e iluminação, paisagismo, espelhos d'água, esculturas e lixeiras. A pesquisa de campo

juntamente com pesquisas bibliográficas em livros e leis resultou no quadro 01, que mostra a situação atual do Vale do Anhangabaú nas questões de mobiliário urbano e infraestrutura urbana.

Quadro 01 – Itens do espaço urbano e condições atuais do Vale do Anhangabaú.

<b>Instrumentos do espaço urbano</b>		<b>Situação atual do Vale do Anhangabaú</b>
<b>Mobiliário Urbano</b>	Bancos	As pessoas utilizam degraus e os guarda-corpos que cercam os espaços verdes para sentar. Não há bancos no espaço.
	Bebedouros	Não há bebedouros e não há instalações para estes.
	Equipamentos infantis	O espaço não conta com instalações e áreas destinadas para uso das crianças.
	Equipamentos esportivos	O Vale não possui aparelhos de ginástica e espaços para prática de esportes.
	Fontes, chafarizes, espelhos d'água	A fonte existente na praça Ramos de Azevedo que é anexo ao vale não estava em funcionamento no dia da visita. No vale há um espelho d'água que atualmente está abandonado, depredado e sem água. Tem um forte odor em seu entorno.
	Relógios ou totens	Não há relógios ou totens indicativos no espaço do vale que indiquem condições climáticas ou informações sobre transportes coletivos.
	Ponto de parada de ônibus e taxi, estação de embarque e desembarque	No espaço interno do vale não existe, mas em seu entorno os pontos e as estações estão em bom estado.
	Quiosques	Há bancas de jornal espalhadas pelo vale. Alguns comércios do setor alimentício têm a fachada para o vale e utiliza a calçada para disposição de mesas e cadeiras.
	Lixeiras	As lixeiras espalhadas pelo espaço estão depredadas e em quantidade insuficiente.
	Guaritas de vigilância, informações públicas e cabines policiais	No local há uma Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar de São Paulo localizada ao fim do vale na direção norte. Mas ao decorrer do espaço, não há guaritas ou cabines espalhadas.
Bicicletários	Existem equipamentos para estacionamento de bicicletas para no máximo seis bicicletas em alguns espaços do vale.	
<b>Infraestrutura Urbana</b>	Energia e iluminação públicas	Diferentes tipos de postes de energia e de iluminação públicas iluminam o Vale, sendo alguns maiores (com três e quatro lâmpadas) e outros menores (uma lâmpada).
	Hidrantes	Não há hidrantes no vale.
	Ruas e calçadas	As ruas do entorno do vale estão em ótimo estado de conservação. O calçamento do vale é composto por pedras portuguesas e arenito rosa, que compõem o desenho da calçada. Em alguns pontos há buracos e pedras soltas.
	Paisagismo	Os espaços verdes em meio ao calçamento estão abandonados. Há várias árvores, porém, em alguns pontos não há grama, há apenas terra. A escultura existente está em boas condições pois foi restaurada no ano de 2017 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).
	Drenagem pluvial	Há espalhados pelo vale vários sumidouros fechados com grelhas.
	Ciclovia	Não existe lugar específico para o tráfego de bicicletas no vale. Mas em algumas ruas do entorno há ciclovias.

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base no decreto nº 52.933, de 19 de janeiro de 2012 – Legislação Municipal de São Paulo e o livro Infra-estrutura da Paisagem (Mascaró, Mascaró e Freitas, 2008)

A impressão que se tem do projeto implantado é de que o seu discurso é totalmente diferente da sua justificativa. O projeto resolveu o problema dos atropelamentos e melhorou o sistema viário, porém arruinou o espectro de relações urbanas que caracterizavam o espaço do vale e criou um “imenso espaço residual que não agregou novos valores à área central” (HEREÑÚ, 2007, p. 325). Nos últimos anos, não ocorreram mudanças estruturais em respeito às dinâmicas urbanas presentes no vale, completa o autor.

É possível dizer que a falta de equipamentos citados no quadro 01 mostra o porquê de o local não ser utilizado para a função para a qual foi criado: de encontro, de repouso, de usufruto e permanência. O projeto tinha como objetivo criar um espaço para os pedestres e foi isso que realmente se fez. Os pedestres passam pelo local e vão embora. São poucos os que permanecem por muito tempo no espaço, e os que permanecem são pessoas que trabalham pela região e que, nas horas de descanso, procuram o lugar para passar o tempo, além disso, permanecem os moradores de rua em situação precária.

Destaca-se que no dia da visita ao vale, estavam ocorrendo os jogos da Copa do Mundo e o espaço estava sendo utilizado para um evento que transmitiria os jogos do Brasil para a população. As grades de proteção, tapumes e equipamentos de mídia que aparecerão nas fotografias a seguir fazem parte exclusivamente do evento e não do espaço do vale. Foi possível observar logo ao se chegar no espaço do Vale do Anhangabaú que a população apenas utiliza o espaço para passagem. Como levantado no quadro 01, há poucos equipamentos de mobiliário urbano. Nas imagens 36 e 37 é perceptível o amplo espaço que o vale oferece.

Imagem 36 – Vale visto em direção ao sul.



Fonte: acervo da autora (2018)

Imagem 37 – Um espaço vazio.



Fonte: acervo da autora (2018)

A calçada que envolve o vale é em pedra portuguesa de cores branca e vermelha, e faz uso também do arenito rosa. Além de pedestres, também há circulação de veículos no espaço. O que foge da ideia da arquiteta Rosa Kliass de ser um espaço “pedestrializado”. Em alguns

locais, há buracos e as pedras portuguesas brancas estão bem sujas devido às intempéries, como é possível ver nas imagens 38 e 39.

Imagem 38 – Buracos na calçada.



Fonte: acervo da autora (2018)

Imagem 39 – Pedra portuguesa branca.



Fonte: acervo da autora (2018)

As pessoas que pouco permanecem no espaço do vale sentam-se em degraus e guarda-corpos que protegem as áreas verdes do local, na grama e nas sombras das árvores. As áreas verdes em alguns pontos estão mal cuidadas, grama quase não existe mais. Há vários tipos de árvores, mas não há plantas de menor porte que possam compor um desenho paisagístico. As imagens 40 e 41 mostram os locais usados pela população para sentar e as imagens 42 e 43 as áreas verdes.

Imagem 40 – Degraus utilizados.



Fonte: acervo da autora (2018)

Imagem 41 – Guarda-corpo.



Fonte: acervo da autora (2018)

Imagem 42 – Situação das áreas verdes.



Fonte: acervo da autora (2018)

Imagem 43 – Espaços sem grama.



Fonte: acervo da autora (2018)

As imagens 44 e 45 a seguir mostram a situação do espelho d'água ao lado norte do vale e da fonte existente na praça Ramos de Azevedo na região sul em anexo ao Vale do Anhangabaú. O local onde se encontra o espelho d'água está com pichações, não há mais água e há um forte odor no espaço. A fonte da praça, segundo G1 de São Paulo (2017), foi entregue revitalizada em dezembro de 2017, teve o piso trocado, iluminação, pintura, jardinagem e as estátuas foram restauradas. Mas já apresenta novamente vestígios de abandono pelo poder público.

Imagem 44 – Espelho d'água.



Fonte: acervo da autora (2018)

Imagem 45 – Situação da fonte.



Fonte: acervo da autora (2018)

Gehl (2013) afirma que o espaço urbano a ser utilizado pela população deve ter qualidade física. Planejamento e projetos devem ser usados para influenciar as atividades ao ar livre, incluindo segurança, proteção, um bom espaço, mobiliário urbano e qualidade visual. Portanto, é preciso melhorar a qualidade física do Vale do Anhangabaú para que o espaço passe a ser utilizado frequentemente pela população.

### 3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

No presente capítulo, foi apresentado o Vale do Anhangabaú, sua localização, breve resgate histórico do espaço e também a atual situação do local nos aspectos de mobiliário urbano e infraestrutura urbana. Este último, por meio de uma pesquisa de campo realizada no mês de junho de 2018. As fotografias tiradas na visita mostram a realidade do vale, um amplo espaço de aproximadamente 28 mil metros quadrados que deve ser utilizado pela população, mas devido à falta de equipamentos urbanos, não acontece.

## 4. ANÁLISES DA APLICAÇÃO

No presente capítulo será analisado de que forma os conceitos de *placemaking* podem contribuir para a região do Vale do Anhangabaú de acordo com as informações levantadas na pesquisa de campo apresentadas no capítulo anterior e as referências bibliográficas.

### 4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

No capítulo três, a pesquisa de campo levantou dados que descreveram a situação do Vale do Anhangabaú atualmente. Neste capítulo, serão utilizados os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo em conjunto com os onze princípios apontados pela *Project Public for Spaces* para apontar como essas diretrizes podem contribuir com o espaço do Vale, a fim de que o local seja reconhecido pela população como um espaço público de lazer, descanso e permanência.

Segundo Gil (2002), o estudo de caso consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu vasto e detalhado conhecimento. O estudo de caso explora situações da vida real em que os limites não estão visivelmente definidos. O método da fenomenologia, ainda de acordo com Gil (2008), parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, o mundo enquanto é vivido pelo sujeito.

A *Project Public for Spaces* no livro *How to Turn a Place Around* (1999) identificou onze diretrizes na transformação de espaços públicos, os quais foram citados no capítulo um. A seguir, tem-se um pouco do que a PPS descreve sobre as diretrizes:

**1. A comunidade é o especialista:** o importante ponto de partida no desenvolvimento de um conceito em qualquer espaço público é identificar os talentos, perspectivas históricas, o que é significativo para as pessoas e informações de como a área funciona.

**2. Crie um lugar, não um projeto:** para modificar um local disfuncional em um espaço atrativo à população, devem ser disponibilizados mobiliário urbano e novos paisagismos, deve ser “gerenciado” o padrão de circulação de pedestres, desenvolvendo relações entre as atividades que acontecem nos espaços públicos. O objetivo é criar um lugar que tenha um forte senso de comunidade e também um cenário de atividades e diversos usos.

**3. Procure parceiros:** são essenciais para o sucesso no futuro e a melhoria do espaço público, para debate e desenvolvimento de cenários e fornecimento de suporte e execução de um projeto. Podem ser instituições locais, museus, escolas e outros.

**4. Você pode ver muito apenas observando:** ao observar como as pessoas estão usando um espaço, é possível descobrir o que gostam e o que não gostam nele, avaliando o que a faz funcionar ou não. A partir dessas observações, fica claro quais tipos de atividades estão faltando e quais podem ser incorporadas.

**5. Tenha uma visão:** essa visão precisa sair de cada comunidade individualmente. No entanto, deve ter diversos tipos de atividades e mesmo assim o espaço deve ser confortável e ter uma boa imagem, deve ser um lugar importante onde as pessoas queiram estar.

**6. Mais leve, mais rápido e mais barato:** os melhores espaços experimentam as melhorias em curto prazo e podem ser testadas e refinadas ao longo dos anos. Mobiliário urbano, cafés ao ar livre, arte pública, faixas de pedestres, jardins comunitários são exemplos de melhorias que podem ser realizadas em curto prazo.

**7. Triangular:** a triangulação é um processo pelo qual alguns estímulos fornecem uma ligação entre pessoas e as levam a falar com outras pessoas como se elas se conhecessem. No espaço público, isso pode ser usado na disposição dos equipamentos que naturalmente unirão pessoas. Pode ser usado como exemplo um banco, uma lixeira e um telefone: se não colocados com uma conexão entre si, cada um receberá um uso muito limitado, mas, quando colocados com outras comodidades, como um carrinho de café, naturalmente criará essa conexão entre as pessoas.

**8. Eles dizem “não pode ser feito”:** obstáculos podem surgir pois ninguém, no setor público ou privado, tem o trabalho ou responsabilidade de “criar lugares”. Começar com melhorias em pequena escala pode demonstrar a importância de “lugares”.

**9. Forma suporta a função:** a contribuição da comunidade e dos parceiros, a compreensão de como funcionam os outros espaços e a superação dos obstáculos fornecem o conceito para o espaço. Embora o design seja importante, esses elementos dizem de que forma você precisa realizar a visão futura do espaço.

**10. O dinheiro não é problema:** uma vez colocada infraestrutura básica dos espaços públicos, os elementos que farão com que funcione, como cafés, flores e fornecedores, não serão caros. Se a comunidade e os parceiros estiverem envolvidos na programação, isso também reduzirá custos. Com entusiasmo pelo projeto, o custo é visto de forma mais ampla e, conseqüentemente, não significativo comparado aos benefícios.

**11. Você nunca terminou:** espaços públicos que respondem às necessidades, opiniões e a mudanças contínuas requerem atenção. As comodidades se desgastam, as necessidades mudam, então é preciso estar aberto à mudança e ter flexibilidade para gerenciá-las.

Com essas diretrizes, a PPS (1999) afirma que pequenas ações podem modificar um espaço e convidar a população a fazer uso do local, e incentiva que a iniciativa pode ser adotada por qualquer pessoa.

#### 4.2 ANÁLISE APLICADA AO ESTUDO DE CASO: O VALE DO ANHANGABAÚ

A análise feita no capítulo três em conjunto com a lei vigente da Prefeitura Municipal de São Paulo mostra que o Vale do Anhangabaú carece de equipamentos urbanos. Gehl (2013) afirma que há uma estreita ligação entre o uso do espaço público pelas pessoas e a qualidade desse espaço. Assim como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida na cidade, há vários exemplos de como a renovação de um único espaço, ou apenas a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolverem um padrão de uso novo.

Na maioria dos casos, urbanistas têm a preocupação de apenas proporcionar espaço suficiente para circulação, somente para que as pessoas caminhem e pedalem (GEHL, 2013). Os rígidos processos de planejamento do século XX tornaram-se demasiado institucionalizados, com isso, as pessoas das comunidades interessadas raramente têm a chance de expressar suas ideias e aspirações sobre os lugares que habitam (PPS, s/d).

A utilização do conceito de *placemaking* no caso do Vale do Anhangabaú tem como objetivo nesta pesquisa auxiliar no aprimoramento do local, para que a população possa fazer uso com frequência. Seja durante o dia ou durante a noite. Relembrando o exemplo do Largo da Batata, apresentado no capítulo dois, os encontros no local eram a partir das 18hrs, sem horário previsto para o término. Assim, o local era utilizado também durante a noite. Locais vazios e escuros propiciam o vandalismo e geram insegurança, fazendo com que as pessoas não os frequentem.

O quadro 02 utiliza as diretrizes apontadas pelo *Project for Public Spaces*, que têm como objetivo transformar lugares que convidem a população a fazer uso deles e sugestões da autora de como o Vale do Anhangabaú pode ser melhorado a partir desses princípios.

Quadro 02 – Diretrizes para aperfeiçoar o espaço do Vale do Anhangabaú.

Diretrizes de <i>How to Turn a Place Around</i>		O que pode ser feito
1.	A comunidade é o especialista	A aplicação de questionários aos usuários apontará os desejos da população em relação ao uso do espaço.
2.	Crie um lugar, não um projeto	O quadro 01 revelou a falta de mobiliário urbano no Vale do Anhangabaú. Equipar o local com equipamentos de descanso e lazer atrairá pessoas a permanecerem no espaço.
3.	Procure parceiros	Nas proximidades do Vale há o Theatro Municipal, a Praça das Artes e comércios em geral. Parcerias com esses lugares podem trazer opções de lazer e entretenimento para a população.
4.	Você pode ver muito apenas observando	Ao se observar como as pessoas que estavam presentes no vale no dia da visita da autora usam o local, foi possível ver apenas pessoas passando por lá, sem permanência, como descrito no capítulo três.
5.	Tenha uma visão	O projeto inicial de Rosa Kliass tinha como objetivo ser um espaço de encontro, repouso, usufruto e permanência, conforme relatado no capítulo anterior. Esse objetivo pode ser considerado uma visão para iniciativas de transformação do local.
6.	Mais leve, mais rápido e mais barato	Os correlatos apresentados no capítulo dois mostraram que é possível equipar lugares com o conceito de DIY. Bancos, mesas, cadeiras, abrigos feitos de <i>pallets</i> a partir de oficinas gratuitas são atividades rápidas, leves e baratas.
7.	Triangular	Como descrito no terceiro capítulo, as pessoas usam os degraus presentes no Vale para descanso. Uma sugestão é locar o mobiliário urbano construído a partir do DIY ao lado desses degraus. Também podem ser locados cafés e quiosques próximos a esses locais.
8.	Eles dizem “não pode ser feito”	O fato do Vale do Anhangabaú ter um amplo espaço pode dificultar e despertar o não interesse das pessoas de transformar o local. Mas pequenas ações em variados locais do Vale podem mudar essa realidade.
9.	Forma suporta a função	A comunidade é essencial para que o projeto dê certo. Mas a participação de parceiros é fundamental. É preciso a compreensão de ambos para conceituar o espaço.
10.	O dinheiro não é problema	A disposição de locais como cafés e quiosques estrategicamente perto de locais de descanso e lazer atrai a população a consumir no local. Os comércios em geral localizados no entorno do Vale podem contribuir com a diminuição de custos.
11.	Você nunca terminou	O Vale do Anhangabaú é um local que pode sempre se reinventar. Apesar de a população não permanecer no espaço, grandes eventos culturais acontecem no local, porém são apenas em algumas datas. O objetivo é trazer essa população a ocupar diariamente o espaço, durante o dia e também à noite.

Fonte: Elaborado pela autora (2018) com base nos princípios da Project Public for Spaces (1999) e nos dados obtidos na pesquisa de campo

A princípio, para que a transformação do Vale do Anhangabaú seja iniciada, é necessário a participação da comunidade. É de extrema importância, pois é a partir dos desejos e ideias da população que o *placemaking* começa. Os correlatos apresentados no capítulo dois confirmam essa teoria. Os projetos desenvolvidos nesses lugares tiveram sucesso devido à participação e ao compromisso da comunidade com o espaço público que a elas pertenciam.

A partir do quadro 02, é possível confirmar a hipótese inicial, afirmando que o conceito de *placemaking* pode aprimorar o espaço urbano do Vale do Anhangabaú, aperfeiçoando seu ambiente de convivência para que seja um local que a população possa desfrutar de lazer e descanso. A implantação de bancos, mesas, a promoção de eventos em parceria com os comércios locais, são maneiras de convidar a população a utilizar o espaço. PPS (1999) afirma que dinheiro não é o problema quando, uma vez melhorada a qualidade física do espaço, a comunidade e os parceiros envolvidos na programação reduzirão custos. A proximidade com a Praça das Artes e o Theatro Municipal faz com que o espaço seja ainda mais rico em opções de entretenimento. O correlato Congress Square Park exibiu, no capítulo dois, que uma das colaborações mais bem-sucedidas foi com uma galeria de arte visual e atrações artísticas, que trouxe artistas para apresentações ao ar livre.

Daroda (2012), no capítulo um desta pesquisa, afirma que o espaço público é um lugar atrativo às pessoas e são essenciais para a população, porque são lugares de interação, de encontro e comunicação social. A presença de pessoas no espaço incentiva o uso e estimula os outros a fazer parte disso. Gonçalves et al. (2007) afirma que a organização física desses espaços não deve determinar suas formas de apropriação, contudo, deve atender a contemplação, cultura, esporte, convívio social, entre outros.

A falta de equipamentos para descanso e lazer fazem do vale apenas um local de passagem. Não é necessária uma ampla revitalização para que o espaço seja utilizado pela população. Segundo Gehl (2013), o mobiliário urbano pode trazer uma contribuição preciosa aos encontros nos espaços das cidades. Bancos que sejam longos e retos, por exemplo, onde se possa sentar lado a lado, é adequado para se manter distância entre as pessoas. Mas se houver um grupo, a solução é fazer um agrupamento de bancos, criando um local de comunicação entre as pessoas.

Os espaços verdes do vale também podem ser restaurados e aprimorados com o conceito do *placemaking*. No correlato Congress Square Park, o espaço ganhou novas arborizações devido às ações da comunidade. No projeto A Casa fora de Casa, a população

envolvida também realizou o plantio de mudas, árvores de porte, e também o cultivo de hortaliças. Foi desenvolvido também uma oficina de paisagismo sustentável.

Cidades convidativas devem ter um espaço público atenciosamente projetado para sustentar os métodos que reforçam a vida urbana. “Uma condição básica é que a vida na cidade seja potencialmente um processo de autorreforço” (GEHL, 2013). Ou seja, pessoas trazem pessoas e atividades praticadas por essas atraem a presença da população em um local. E para que isso seja possível, o espaço precisa ter equipamentos urbanos e estrutura adequada para o uso. Com a aplicação do *placemaking*, é possível que o Vale do Anhangabaú se torne um espaço de uso frequente da população, com pequenas ações que podem ser promovidas por essas mesmas pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou os conceitos de *Placemaking*, que em tradução livre significa “criação de lugares”. O conceito induz a população a repensar a forma em que vivem no meio urbano. Incentiva a ocupação dos espaços públicos e a reinvenção deles. Com a participação de cidadãos comprometidos da comunidade, é possível melhorar um espaço sem a necessidade de intervenção do poder público.

O estudo de caso dessa pesquisa é o Vale do Anhangabaú, local que marcou a formação do centro da cidade de São Paulo e também dos primeiros estudos urbanísticos. É um local de grande importância histórica e social por ter sido palco do Diretas Já, em 1984, que reuniu cerca de 1,5 milhões de pessoas. É um vasto espaço que atualmente serve apenas de passagem para pedestres.

No capítulo um, buscou-se fundamentar a pesquisa com referencial teórico, assim foi possível compreender como originou-se o planejamento urbano no Brasil. Foram explanados os conceitos de legislação, espaços públicos, áreas de lazer e, por fim, as praças, espaço de convívio social. O tema principal da pesquisa é o *Placemaking*, que tem como objetivo transformar esses espaços trazendo benefícios para quem os utiliza. Nesse capítulo, foram concluídos os seguintes objetivos específicos: 1. Fundamentar o planejamento urbano no Brasil; 2. Apresentar os conceitos de espaços públicos e áreas de lazer; 3. Conceituar o termo *placemaking*.

No capítulo dois, os correlatos de espaços públicos apresentados na pesquisa com a aplicação do *placemaking* foram: o projeto “A Batata precisa de você” no Largo da Batata em São Paulo – SP; o projeto Friends of Congress Park no Congress Square Park em Portland – ME nos Estados Unidos e a primeira edição do Casa fora de Casa em Goiânia – GO, no Setor Sul. Foi possível perceber que a participação e o engajamento da comunidade local foram de extrema importância para que os três projetos pudessem dar certo. Sem essas pessoas interessadas e envolvidas, os projetos não alcançariam as proporções que alancaram. O que se pode notar também é que nos três projetos as áreas escolhidas para aplicação dos conceitos tinham sido abandonadas pelo poder público. A insuficiência de mobiliário urbano, de vegetação, a falta de atividades que convidasse a população a frequentar o local e principalmente a falta de segurança pública motivaram a população a deixar de utilizar esses locais. Portanto, concluiu-se o objetivo específico: 4. Apresentar correlatos de espaços públicos com aplicação do *placemaking*.

No capítulo três, referente à aplicação ao tema delimitado, além de um breve resgate histórico do local, foi realizada uma pesquisa de campo no Vale do Anhangabaú em junho de 2018, por meio de observação assistemática e método fenomenológico, para o levantamento de informações sobre a situação em que o vale se encontrava. O projeto inicial, como descrito por Rosa Kliass, era de ser um espaço para pedestres. Na época do projeto, essa era a real necessidade do local que tinha um imenso tráfego de automóveis. Após 26 anos da conclusão da obra, o local já tem outras necessidades, sendo algumas delas a falta de mobiliário urbano e infraestrutura adequada. Nesse capítulo foi possível concluir os seguintes objetivos específicos: 5. Resgatar o histórico do Vale do Anhangabaú; 6. Realizar levantamento de dados a partir de pesquisa de campo no Vale do Anhangabaú.

O quarto capítulo foi a aplicação do conceito e das onze diretrizes na tentativa de suprir as necessidades encontradas na pesquisa de campo do capítulo três. O conceito de *placemaking* tem como objetivo transformar lugares e fazer com que a população utilize desses locais, porque os espaços públicos pertencem ao cidadão, é para uso de lazer, descanso, entretenimento. O referencial teórico confirma que para bons espaços públicos são necessários equipamentos urbanos. Não podendo contar com o poder público para fornecimento destes, a população, por meio do *placemaking*, tem o poder de mudar essa realidade, construindo a partir de oficinas, ou trazendo seus bancos, cadeiras e almofadas, como foi feito no *Congress Square Park*, no Largo da Batata e no projeto do Casa fora de Casa. De tal modo, foi concluído o objetivo específico: 7. Aplicar os princípios de *placemaking* no Vale do Anhangabaú.

Eventos, *food trucks*, espetáculos, oficinas e até mesmo esportes convidam a população a estar em um lugar. O Vale do Anhangabaú tem um vasto espaço, eventos podem acontecer simultaneamente para atender todos os gostos. Assim, no quarto capítulo foi possível confirmar a hipótese inicial, o *placemaking* pode aprimorar a qualidade urbana do espaço do Vale do Anhangabaú e pode-se acrescentar que, em consequência disso, a qualidade de vida da população também melhora.

A presente pesquisa tem relevância principalmente no planejamento urbano e no âmbito social, pois o conceito de *placemaking* é uma ideia simples e fácil de ser aplicada em qualquer espaço público que a comunidade sinta o desejo de aprimorar. Os espaços públicos de uma cidade pertencem à população e estimulam a convivência coletiva. Daroda (2012) afirma que “o espaço público é um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; é parte da identidade e da imagem urbana”, mas em alguns casos são esquecidos e abandonados pelo poder público, consequentemente, deixam de ser usados pelas pessoas.

Portanto, os princípios do tema principal da pesquisa, estimulam a comunidade a buscar aprimorar o lugar onde vivem, com ações rápidas, práticas e de baixo custo. De tal modo, o espaço passa a ser seguro e animado, sendo durante o dia ou durante a noite.

A escolha do Vale do Anhangabaú em São Paulo como estudo de caso, além da grande importância na história por abrigar eventos importantes, foi devido ao fato de ser um amplo espaço em meio a uma cidade populosa, intensa e agitada, além de estar em uma área comercial. Como descrito pela PPS (1999), pode-se ver muito apenas observando, pois ao notar como as pessoas estão usando um espaço, é possível descobrir quais tipos de atividades estão faltando. Foi observado na pesquisa de campo que o local é utilizado por pessoas que trabalham pela região e que, nas horas de descanso, procuram o lugar para passar o tempo. Desse modo, o *placemaking* pode contribuir com a qualidade do espaço do vale oferecendo condições melhores de permanência da população no local.

Os objetivos da pesquisa foram concluídos e sugere-se futuramente a aplicação do conceito no espaço físico do Vale. O presente trabalho pode servir como suporte teórico para um possível projeto de reestruturação do local, aplicado pela comunidade, sendo plausível também ser aplicado em outros locais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfoses**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARFELLI, Amauri Chaves. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamentos do solo. **Revista do Direito Ambiental**, n. 33, 33-51, 2004. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/89777>>. Acesso em: mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 59.917**. Promulgada em 30 de dezembro de 1966. Regulamenta o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, estabelece suas finalidades e modo de operação, cria o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59917-30-dezembro-1966-400520-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fev. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Atualizada até a emenda constitucional nº 90, de 15/09/2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: mar. 2018.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, 181-260. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_5-10.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_5-10.pdf)>. Acesso em: mar. 2018.

CASA FORA DE CASA. **O projeto**. s/d. Disponível em: <<http://casaforade.casa/o-projeto/>>. Acesso em: maio 2018.

CASTRO, José Abrahão; RIBEIRO, João Aparecido; CAMPOS, André Gambier; MATIKASCIC, Milko. A CF/88 e as políticas sociais brasileiras. In: CARDOSO, Jr. C. J. (Org.). **A constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social**. Brasília: Ipea, 2009, p. 55-122 Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/Livro\\_ConstituicaoBrasileira1988\\_Vol1.pdf#page=55](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/Livro_ConstituicaoBrasileira1988_Vol1.pdf#page=55)>. Acesso em: mar. 2018.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Ordenamento e planejamento territorial: a falta que faz o plano metropolitano. In: **Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2008, Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/252.htm>>. Acesso em: jul. 2018.

CONGRESS SQUARE PARK. s/d. **In the Square Events**. Disponível em: <<http://congresssquarepark.org/about/inthesquare/>>. Acesso em: maio 2018.

CROSTEIN, Jessica; LACASSE Bree. **The story of Congress Square Park: how a derelict plaza got a new identity downtown.** 2014. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/the-story-of-congress-square-park-how-a-derelict-plaza-got-a-new-identity-downtown>>. Acesso em: maio 2018.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea.** 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEGREAS, Helena Napoleon; KANEKO, Rafaella Ayumi; LEITE, Gabriela Racciatti. Mobilidade urbana: o caminhar pela cidade de São Paulo. In: **Anais do XI Colóquio Quapa Sel**, 2016, Salvador: Quadro do paisagismo no Brasil. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/Mobilidade-Urbana-o-caminhar-pela-cidade-de-S%C3%A3o-Paulo.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

FARIAS, Ana Carolina Carvalho. Casa fora de Casa – Táticas Urbanas: Práticas no Espaço Público. In: **Anais do 3º Seminário Nacional Habitar**, 2016, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fórum Habitar. Disponível em: <[http://sobreurbana.com/wp-content/uploads/2017/01/Farias\\_Habitar2016.pdf](http://sobreurbana.com/wp-content/uploads/2017/01/Farias_Habitar2016.pdf)>. Acesso em: maio 2018.

FARIAS, Ana Carolina Carvalho; ANDRADE, Liza; TENÓRIO, Gabriela. Urbanity and legibility at Av. Cora Coralina, GoiâniaGO / Brasil, from Jane’s Walk movement. In: **Anais do Past, Present and Future of Public Space International Conference on Art, Architecture and Urban Design**. Bologna, 2014. Disponível em: <[http://www.sobreurbana.com/teste/wp-content/uploads/2015/02/B220\\_Farias\\_Ana.pdf](http://www.sobreurbana.com/teste/wp-content/uploads/2015/02/B220_Farias_Ana.pdf)>. Acesso em: abr. 2018.

FARIAS, Ana Carolina Carvalho; BRITTO, Pedro Dultra. A urbanidade das áreas verdes do Setor Sul / Goiânia – Cartografando bricolagens e desejos. In: **Anais do Seminário Nacional Pensando o projeto Pensando a cidade**, 2016, Goiânia. Goiânia: Faculdade de Artes Visuais. Disponível em: <<http://sobreurbana.com/wp-content/uploads/2017/01/urbanidade-das-%C3%A1-verdes-st-sul-cartografando-bricolagens.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos de SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca.** 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Escultura do vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, é restaurada.** 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1893957-escultura-do-vale-do-anhangabau-no-centro-de-sao-paulo-e-restaurada.shtml>>. Acesso em: ago. 2018.

FRASCINO, Tito Lívio; WAISMAN, Jaime; FERIANCIC, Gabriel. Renovação urbana e mobilidade: o projeto do Largo da Batata. In: **Anais do 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**, 2013, Brasília. Associação Nacional de Transportes Públicos. Disponível em: <[http://files-server.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/06/87D2B872-0C0A-4A1B-A276-C50A4A19A5DD.pdf](http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/06/87D2B872-0C0A-4A1B-A276-C50A4A19A5DD.pdf)>. Acesso em: abr. 2018.

G1. São Paulo. **Prefeitura de SP entrega obra de revitalização da Praça Ramos de Azevedo**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/prefeitura-entrega-obra-de-revitalizacao-da-praca-ramos-de-azevedo.ghtml>>. Acesso em: ago. 2018.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GERAQUE, Eduardo. **Nova reforma do vale do Anhangabaú vai realinhar a av. São João, em SP**. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1678421-nova-reforma-do-vale-do-anhangabau-vai-realinhar-a-av-sao-joao-em-sp.shtml>>. Acesso em: ago. 2018.

GIANNELLI, Marcio Augusto. A Batata precisa de insurgentes. **Minha Cidade**, São Paulo, n. 199.05, 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.199/6426>>. Acesso em: abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed.; São Paulo: Atlas S. A., 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed.; São Paulo: Atlas S. A., 2008.

GONÇALVES, Felipe Sobczynski; PIKUSSA, Rosane Fátima; OLIVEIRA, Thiago de; SANTOS, Talita Marques. As praças que a gente viu! As praças que a gente quer! In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, 2007, Recife. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/295.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

GOOGLE. **Google Earth**. Version 7.3.2. 2008. Disponível em: <<https://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em: ago. 2018.

GOOGLE. **Google Earth**. Version 7.3.2. 2017. Disponível em: <<https://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em: ago. 2018.

GOOGLE. **Google Earth**. Version 7.3.2. 2018. Disponível em: <<https://earth.google.com/download-earth.html>>. Acesso em: ago. 2018.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, n. 2, p. 29-50, 2006. Disponível em: <<https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/191>>. Acesso em: abr. 2018.

HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert. **Sentidos do Anhangabaú**. 2007. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert. **Arquiteturas: Anhangabaú**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xyEu7FKqIoA>>. Acesso em: jul. 2018.

IBGE. **Biblioteca – Catálogo**. s/d. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=439462&view=detalhes>>. Acesso em: ago. 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. Disponível em:

<<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Uberlândia, n. 10, p. 264 – 272, jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/viewFile/26487/14869>>. Acesso em: abr. 2018.2w2

MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 7, p. 15-56, 1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133811>>. Acesso em: mar. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8.ed.; São Paulo: Atlas, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**. Alternativas para a crise urbana. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARÓ, Juan Luis; MASCARÓ, Lucia; FREITAS, Rusquin Marinho. **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro, 2008.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – caso da cidade de Porto. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**. Uberlândia, n. 4, p. 17-33, jul. 2010. Disponível em:

<[http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/Espacos\\_publicos.pdf](http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/Espacos_publicos.pdf)>. Acesso em: mar. 2018.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **Do urbanismo à política urbana**: notas sobre a experiência brasileira. Belo Horizonte: Cedeplar, 1981. Disponível em:

<<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2011.pdf>>. Acesso em: mar. 2018

MONTUORI, Bruna; SOBRAL, Laura; VICINI, Lorena; GORECKI, Margarida; KARPISCHEK, Tatiana. **Ocupe Largo da Batata**: como fazer ocupações regulares no espaço público. 2015. Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/07/publicacaoFINALagosto2015.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Dayana Aparecida Marques de. Discurso e planejamento urbano no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica, n. 2, p. 1-15, jul.- dec. 2011.

OLLERTZ, Aline. **Anhangabaú**. 2008. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.079/3068>>. Acesso em: ago. 2018.

PIEROT, Roselane Moita; LIMA, Antônia Jesuíta de Lima. Reflexões sobre planejamento e crise urbana no Brasil. In: **Anais do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**. El control del espacio y los espacios de control, 2014, Barcelona. Universitat de Barcelona. Disponível

em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Roselane%20Pierot.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

PLACEMAKING. **O que é placemaking.** s/d. Disponível em: <<http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking/>>. Acesso em: fev. 2018.

PÓLIS. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Plano Diretor participar é um direito!** 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/959/959.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

PPS. **Congress Square Park.** 2015. Disponível em: <<https://www.pps.org/projects/congress-square-park>>. Acesso em: maio 2018.

PPS. **Eleven principles for creating great community places.** s/d. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/11steps>>. Acesso em: abr. 2018.

PPS. **How to turn a place around: A Handbook for Creating Successful Public Spaces.** 1.ed. New York: Project for Public Spaces Inc., 1999.

PPS. **Our mission.** 2012. Disponível em: <<https://www.pps.org/about>>. Acesso em: mar. 2018.

PPS. **The Future of Congress Square Park: Placemaking Principles, Management & Benchmarks.** 2014. Disponível em: <[http://issuu.com/projectforpublicspaces/docs/congress-square-park\\_pps-081514](http://issuu.com/projectforpublicspaces/docs/congress-square-park_pps-081514)>. Acesso em: maio 2018.

PPS. **What is placemaking?** 2009. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/what-is-placemaking>>. Acesso em: ago. 2018.

ROLNIK, Raquel. Morar, atuar e viver. **Teoria e Debate.** São Paulo, n. 9, 1990. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antteriores/cidade-planejamento-urbano-morar-atuar-e-vi>>. Acesso em: mar. 2018.

SANTOS, Ana Carolina M. Figueira dos; MANOLESCU, Friedhilde M. K. A importância do espaço para o lazer em uma cidade. In: **Anais do XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação.** 2008, São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosEPG/EPG01058\\_01\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01058_01_O.pdf)>. Acesso em: abr. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Censo de 1980.** s/d. Disponível em: <[http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/1980.php](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1980.php)>. Acesso em ago. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Decreto nº 52.933,** de 19 de janeiro de 2012. Regulamenta a Lei nº 15.465, de 18 de outubro de 2011. Disponível em: <[http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=20012012D%20529330000](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=20012012D%20529330000)>. Acesso em: ago. 2018

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed.; São Paulo: Cortez, 2013.

SESC TV. **Arquiteturas: Anhangabaú**. 2016. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=xyEu7FKqIoA>>. Acesso em: jul. 2018.

SILVA, Edima Aranha. **Lazer nos espaços públicos**. 2005. Disponível em:

<<http://seer.ufms.br/ojs/index.php/RevAGB/article/download/1336/851>>. Acesso em: mar. 2018.

SOARES, Thiago Nunes. Arena política: a campanha das diretas já sob a lógica da vigilância do DOPS-PE. **Revista Contemporânea – Dossiê Redemocratizações e transições políticas no mundo contemporâneo**. Niterói, n. 7, 2015. Disponível em:

<[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/10\\_arena\\_politica-\\_a\\_campanha\\_das\\_diretas\\_ja\\_sob\\_a\\_logica\\_da\\_vigilancia\\_do\\_dops-pe.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/10_arena_politica-_a_campanha_das_diretas_ja_sob_a_logica_da_vigilancia_do_dops-pe.pdf)>. Acesso em: jul. 2018.

SOBRE URBANA. **Casa fora de Casa: Vamos repensar as praças do nosso bairro?** 2016.

Disponível em: <<https://issuu.com/sobreurbana/docs/ebook-casaforadecasa>>. Acesso em: maio 2018.

UGUEDA JUNIOR, José Carlos. Planejamento da paisagem e planejamento urbano:

reflexões sobre a urbanização brasileira. **Revista Mato-Grossense de Geografia**. Cuiabá, n. 1, p. 101-116, 2014. Disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/764/2853>>. Acesso em: mar. 2018.

UN-HABITAT. **Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial**. 2015.

Disponível em: <<https://unhabitat.org/books/diretrizes-internacionais-para-planejamento-urbano-e-territorial/>>. Acesso em: jul. 2018.

UN-HABITAT. **UN-Habitat em resumo**. s/d. Disponível em: <<https://unhabitat.org/un-habitat-at-a-glance/>>. Acesso em: mar. 2018.

VIEIRA, Patrick Di Almeida. Attilio Corrêa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 52-66, dez. 2012.

Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635150>>. Acesso em: maio 2018.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. **Praças públicas: origem, conceitos e funções**. 2009. Disponível em:

<<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.; SCHIFFER, R. S. (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

APÊNDICE A – IMAGEM DO VALE DO ANHANGABAÚ VISTA DO SUL

IMAGEM DO VALE DO ANHANGABAÚ VISTA DO SUL E LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS TIRADAS NA PESQUISA DE CAMPO.

Localização



Imagem 38



Imagem 41



Imagem 37



Fonte: autor desconhecido, s/d.



Imagem 44



Imagem 36



Imagem 39

APÊNDICE B – IMAGEM DO VALE DO ANHANGABAÚ VISTA DO NORTE

IMAGEM DO VALE DO ANHANGABAÚ VISTA DO NORTE E LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS TIRADAS NA PESQUISA DE CAMPO.

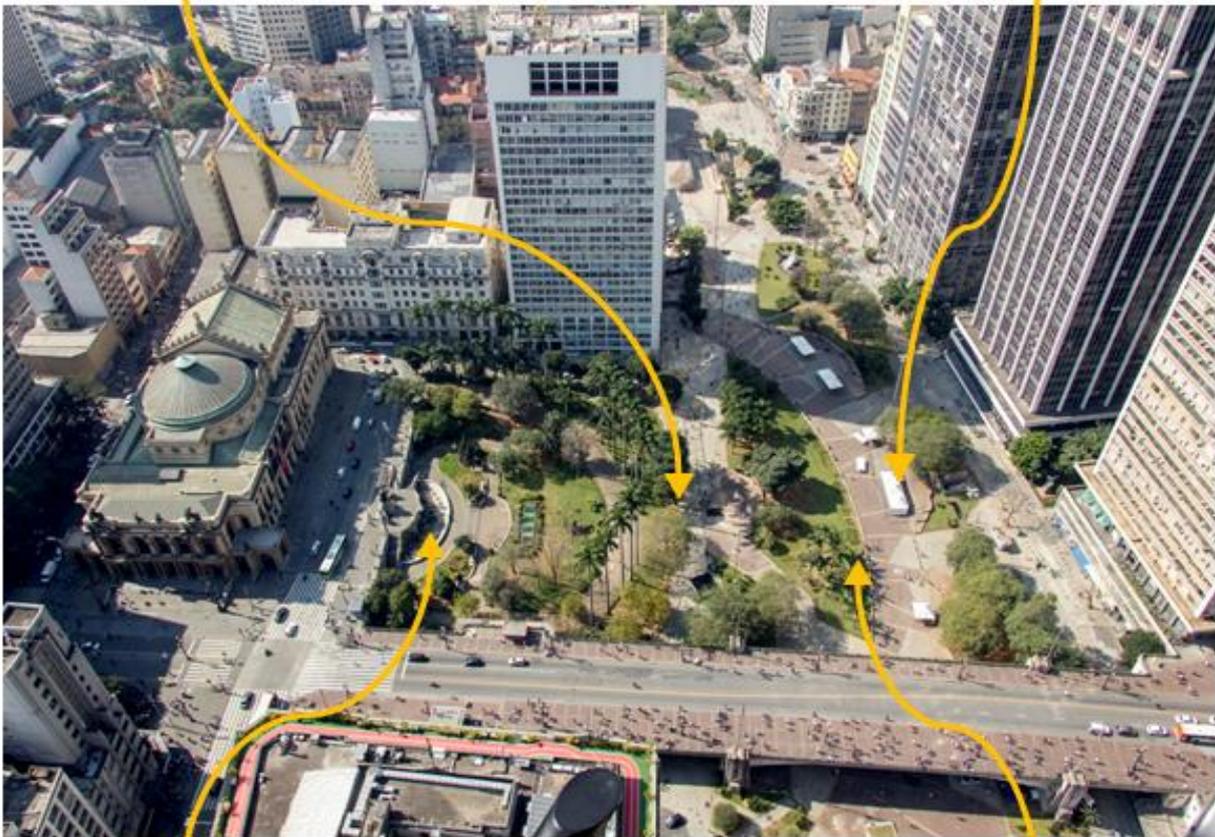
Localização 



Imagem 43



Imagem 40



Fonte: autor desconhecido, s/d.

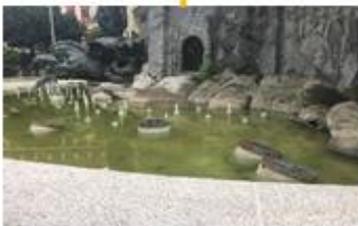


Imagem 35



Imagem 42